



ATA N.º 60/XI-4º/2016-17

1 – Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e dezassete, pelas 21H00, no Salão da Entrada da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, sito na rua Capitão Leitão, na Freguesia de Almada, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de setembro, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal.

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ARU de Cacilhas”.

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ARU de Porto Brandão”.

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Criação de serviço transportes flexível denominado Circuito da Saúde através da alteração de relação concessional com a Transportes Sul do Tejo, S.A., pela AML”.

2 – Instalada a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d’Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Ana Catarina Ribas Lopes; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Manuel Folgado dos Santos; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho e José Ricardo Dias Martins.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:



- O Sr. Deputado Municipal Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, com ausência nos dias 11 e 13 de setembro de 2017, (Ent. nº 8683/XI-4º), (**Conforme Anexo I**).
 - A Sr.ª Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência no dia 11 de setembro de 2017, (Ent. nº 8719/XI-4º), (**Conforme Anexo II**).
 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Cantante Faria de Bastos, com ausência no dia 11 de setembro de 2017, (Ent. nº 8720/XI-4º), (**Conforme Anexo III**).
 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Manuel Nunes de Oliveira, com ausência nos dias 11 e 13 de setembro de 2017, (Ent. nº 8679/XI-4º), (**Conforme Anexo IV**).
- 4.2** - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:
- O Candidato Sr. António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 11 e 13 de setembro de 2017, do eleito Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo V**).
 - A Candidata Sr.ª Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 11 de setembro de 2017, da eleita Sr.ª Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VI**).
 - A Candidata Sr.ª Joana Rodrigues Mortágua, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 11 e 13 de setembro de 2017, do eleito Sr. Pedro Manuel Nunes de Oliveira e por impedimento da cidadã Sr.ª Fátima Maria da Silva Nogueira Marras, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos VII e VIII**).
- 4.3** - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação da União da Junta das Freguesias do Laranjeiro e Feijó em que para o efeito da alínea c), do nº 1, do artigo 18º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e devido a justo impedimento do Presidente do respetivo Órgão Autárquico, é substituído na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na União da Junta das Freguesias de Laranjeiro e Feijó, Sr.ª Anabela de Matos Tavares, (**Conforme Anexo IX**).
- 4.4** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta dos Sr. Deputado Municipal Daniel Pedro Sobral (CDU) e a não substituição do Sr. Deputado Municipal Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS).
- 4.5** - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 8413/XI-4º ao 8680/XI-4º do Expediente Enviado do nº 5475/XI-4º ao nº 5690/XI-4º, da Reunião de Representantes dos Grupos Municipais – Súmula Nº 21/XI-4º/2016-17, das Atas Nºs 58/XI-4º/2016-17 e 59/XI-4º/2016-17 e das Minutas das Atas Nºs 58/XI-4º/2016-17 e 59/XI-4º/2016-17 e da Informação Nº 20/16-17 da Atividade dos Membros da Mesa.
- 4.6** - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Atas N.ºs 58/XI-4º/2016-17 e 59/XI-4º/2016-17 e das Minutas das Atas N.ºs 58/XI-4º/2016-17 e 59/XI-4º/2016-17, que foram respetivamente aprovadas por unanimidade e ratificadas por unanimidade, nos termos do nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.



- 5 - Nos termos e para os efeitos do artigo 16º, nº 9, alínea b), do Regimento o Presidente da Assembleia deu informação dos Requerimentos apresentados:
- 5.1** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa).
- 5.1.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 7 de abril de 2015, foi registado com a Entrada nº 3393/XI-2º e designado de nº 7/CDS-PP/XI-2º.
- 5.1.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de abril de 2015, através do ofício nº 2325/XI-2ª e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 2324/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.
- 5.2** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Condições de Segurança da Escola Básica e Secundária Anselmo de Andrade” em Almada.
- 5.2.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 23 de outubro de 2015, foi registado com a Entrada nº 4676/XI-2º e designado de nº 11/CDS-PP/XI-2º.
- 5.2.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 27 de outubro de 2015, através do ofício nº 3075/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3074/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.
- 5.3** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Iluminação Terminal de Cacilhas”.
- 5.3.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 24 de maio de 2016, foi registado com a Entrada nº 6120/XI-3º e designado de nº 17/CDS-PP/XI-3º.
- 5.3.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 27 de maio de 2016, através do ofício nº 3969/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3968/XI-3.
- 5.4** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Manutenção do espaço Público”.
- 5.4.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 13 de julho de 2016, foi registado com a Entrada nº 6484/XI-3º e designado de nº 19/CDS-PP/XI-3º.
- 5.4.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de julho de 2016, através do ofício nº 4211/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4210/XI-3º.
- 5.5** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Requalificação e segurança de pessoas e bens no Ginjal e Olho-de-Boi”.
- 5.5.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 6 de setembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 6664/XI-3º e designado de nº 20/CDS-PP/XI-3º.
- 5.5.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 13 de setembro de 2016, através do ofício nº 4347/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4346/XI-3º.
- 5.6** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Degradação do Parque Habitacional no Concelho de Almada”.



- 5.6.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 7 de novembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 7061/XI-4º e designado de nº 22/CDS-PP/XI-4º.
- 5.6.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em de 2016, através do ofício nº 4602/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4601/XI-4º.
- 5.7** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Obras no Pavilhão Gimnodesportivo da Costa da Caparica”.
- 5.7.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 11 de novembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 7091/XI-4º e designado de nº 23/CDS-PP/XI-4º.
- 5.7.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em de 2016, através do ofício nº 4614/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4613/XI-4º.
- 5.8** – Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre “rua Bernardo Francisco da Costa”.
- 5.8.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 30 de setembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 6833/XI-3º e designado de nº 5/PS/XI-3º.
- 5.8.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em, através do ofício nº 4670/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4669/XI-4º.
- 5.9** – Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre “Trânsito e estacionamento no Eixo Central de Almada”.
- 5.9.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 30 de setembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 6834/XI-3º e designado de nº 6/PS/XI-3º.
- 5.9.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em, através do ofício nº 4672/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4671/XI-4º.
- 5.10** – Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre “Fiscalização de trânsito na rua Jerónimo Osório”.
- 5.10.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 30 de setembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 6835/XI-3º e designado de nº 7/PS/XI-3º.
- 5.10.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em, através do ofício nº 4674/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4673/XI-4º.
- 5.11** – Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre “Atuação de Funcionários da ECALMA”.
- 5.11.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 30 de setembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 6836/XI-3º e designado de nº 8/PS/XI-3º.
- 5.11.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em, através do ofício nº 4676/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4675/XI-4º.
- 5.12** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Cumprimento das recomendações do Tribunal de Contas”.



- 5.12.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 4 de janeiro de 2017, foi registado com a Entrada nº 7452/XI-4º e designado de nº 24/CDS-PP/XI-4º.
- 5.12.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 5 de janeiro de 2017, através do ofício nº 4810/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4809/XI-4º.
- 5.13** – Pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, solicitando informações sobre “Falha de transporte garantido aos alunos de Costas de Cão”.
- 5.13.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 24 de janeiro de 2017, foi registado com a Entrada nº 7521/XI-4º e designado de nº 8/BE/XI-4º.
- 5.13.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 30 de janeiro de 2017, através do ofício nº 4847/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4846/XI-4º.
- 5.14** – Pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, solicitando informações sobre “Transações de património municipal”.
- 5.14.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 14 de fevereiro de 2017, foi registado com a Entrada nº 7600/XI-4º e designado de nº 4/PSD/XI-4º.
- 5.14.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de fevereiro de 2017, através do ofício nº 4919/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4918/XI-4º.
- 5.15** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Aluimento de terras na rua Conceição Sameiro Antunes – Cova da Piedade”.
- 5.15.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 01 de março de 2017, foi registado com a Entrada nº 7712/XI-4º e designado de nº 25/CDS-PP/XI-4º.
- 5.15.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 2 de março de 2017, através do ofício nº 5018/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 5017/XI-4º.
- 5.16** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “200 avenças no Parque de Estacionamento da Praça da Liberdade”.
- 5.16.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 24 de maio de 2017, foi registado com a Entrada nº 8275/XI-4º e designado de nº 28/CDS-PP/XI-4º.
- 5.16.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 24 de maio de 2017, através do ofício nº 5393/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 5392/XI-4º.
- 5.17** – Pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, solicitando informações sobre “Revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada”.
- 5.17.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 30 de junho de 2017, foi registado com a Entrada nº 8462/XI-4º e designado de nº 9/BE/XI-4º.
- 5.17.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 07 de julho de 2017, através do ofício nº 5531/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 5530/XI-4º.
- 5.18** – Pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, solicitando informações sobre “Abate de uma cadela no Canil Municipal”.



5.18.1 – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 11 de julho de 2017, foi registado com a Entrada nº 8524/XI-4º e designado de nº 10/BE/XI-4º.

5.18.2 – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 14 de julho de 2017, através do ofício nº 5582/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 5581/XI-4º.

5.19 – Pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, solicitando informações sobre “política de esterilização de animais”.

5.19.1 – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 22 de agosto de 2017, foi registado com a entrada nº 8654/XI-4º e designado de nº 11/BE/XI-4º.

5.19.2 – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 28 de agosto de 2017, através do ofício nº 5671/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 5670/XI-4º.

6 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

6.1 – Usou da palavra a Munícipe Exm.^a Senhora Alexandra Gonzalez Rodrigues Leal, em representação da Associação Cova do Mar, Bairro 2º Torrão, residente na Trafaria.

6.1.1 – A Exm.^a Senhora Alexandra Gonzalez Rodrigues:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Passando ao que me traz aqui.

Sou Alexandra, mais conhecida por Xana Banana, Coordenadora e Presidente da Associação Cova do Mar, Coordenadora da Fábrica dos Sonhos que é um projeto humanitário legalizado no Bairro do 2º Torrão.

O assunto que me traz aqui desta vez, é o seguinte:

Antes de começar, quero dedicar esta reunião ao Renato Oliveira, o nosso Monitor da Fábrica dos Sonhos e que partiu este sábado... o Renato tem/tinha 19 anos, era o melhor Monitor que podia existir, e um pilar da nossa equipa. Teimoso, corajoso e altruísta, estudante de desporto tinha uma piada para tudo. Não bebia álcool, não se metia em drogas, com 19 anos percebia mais de política do que eu! Era o pilar e o ombro em que desabafava toda a gente, amava o mundo da política, preferia ver documentários do Odisseia do que outras coisas, tirando o futebol, claro.

Renato, sei que queres que eu esteja aqui neste momento do que no teu velório. Partiste cedo demais, mas vais lutar por nós aí em cima... e da próxima vez, que te vir, noutra vida, vais ter loiça para lavar! Até lá, cuida de nós,....

Na semana de sete de junho foi feita uma descarga de resíduos domésticos, nomeadamente xixis e cocós para a praia do 2º Torrão, durante três dias seguidos.

Quando questioneei a Câmara Municipal de Almada na reunião de 23 de junho foi-me dito que houve um problema na central de bombagem, que fica à entrada do 2º Torrão, e que tiveram de tomar a decisão de escoar todos os resíduos domésticos diretamente para a praia. Não foi feito qualquer aviso à população, ninguém sabia a não ser a associação de moradores, que também não avisou a população do 2º Torrão. Tivemos crianças e adultos a tomar banho na mancha castanha, com um cheiro nauseabundo pelo bairro todo. Cães apareceram com eczemas na pele, e crianças com comichões nas



pernas, possivelmente por uma contaminação na areia. A Câmara Municipal de Almada na reunião disseram que não trazia perigo para a população e que tinham avisado a APA (Agência Portuguesa do Ambiente). O que eu questiono aqui é o seguinte:

Se isto tivesse sido na praia da Costa da Caparica, se a decisão que tomaram de descarregar os resíduos para a praia sem aviso á população, se teria sido a mesma que tomaram na praia do 2º Torrão?”

6.2 – Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor António Manuel Valadas Palma, residente na Charneca de Caparica.

6.2.1 – O Exm.º Senhor António Manuel Valadas Palma:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em primeiro lugar queria saudar todos os Eleitos na pessoa do nosso Presidente da Assembleia e como é a ultima Sessão aproveitar também para lhes agradecer certamente todo o esforço e empenho que tiveram ao longo deste Mandato.

Como muitos vão continuar seguramente, eu espero como munícipe deste Concelho que venham cheios de ideias novas, que tragam cada vez mais empenho e que tragam ganhos como dizem os espanhóis, tragam ambição para o nosso Concelho.

Eu até pus ali na ficha que é bom viver em Almada e não há dúvida que na cidade há quatro ou cinco aspetos que dá modernidade à nossa cidade. É o Teatro Joaquim Benite; é o Parque da Paz; é o fortíssimo Polo de Ensino Superior; é o Flexibus; é o Metro. Tudo isso são características de uma Cidade Europeia com um nível de desenvolvimento que nos deve satisfazer. É claro que eu também digo lá que é possível melhor, é possível um novo olhar sobre as Freguesias, porque o que acabou de ser relatado aqui é muito grave, e portanto digamos que o contraponto entre um Parque da Paz de qualidade e esta situação ambiental, obviamente que Almada tem que cortar com isto como tem que cortar se calhar os Torrões, com a degradação que por lá campeia e no fundo combater a pobreza. Tem que ser também um dos motivos.

Outra ideia que eu penso que Almada tem um potencial fantástico é a questão do turismo. Almada tem de facto uma serie de aspetos que podem vir a potenciar um desenvolvimento turístico no Concelho muito grande. Quer a Frente Norte Ribeirinha, quer os equipamentos culturais e até fora aqui da Cidade o caso do Solar dos Zagallos e o Convento dos Capuchos que está a merecer novamente um grande festival de música clássica, penso eu, e há digamos toda esta zona aqui que está cheia de cultivos de interesse desde a Cerca, desde o Cristo Rei que tem que merecer um tratamento diferente. Ou seja, nós estamos aqui à beira de uma Cidade grande que tem quase seis milhões de visitantes e Almada não sei quantos é que cá vêm mas seguramente se calhar não chega a trezentos mil. Não estou a contar com a ida às praias da Costa da Caparica porque isso são migrações sazonais.

Portanto, penso que este património, porque se nós queremos uma Almada mais inclusiva, precisamos de mais emprego e precisamos também falando de Almada mais inclusiva, dar visibilidade, eu não sei quantas pessoas portadoras de deficiência acentuada existem no nosso Concelho, mas seguramente



que existem muitas. Porque fazendo a media nacional quase um milhão de pessoas é portadora de alguma deficiência. Ora bem, então nós somos cento e setenta mil, nem chega, se calhar dezassete mil têm alguma deficiência e o facto é que provavelmente todos vós, exceto aqueles que trabalham diretamente com essas pessoas, veem que a nossa Cidade, basta só este exemplo, é inacreditável, no século XXI a ida ao Registo Civil. Uma escada sem qualquer situação para resolver a acessibilidade naquele equipamento público.

Não pode ser, temos que dizer não a essas situações e quem diz estas, diz uma serie delas. Almada tem um Movimento Associativo forte, mas que eu penso que tem que tomar outro rumo permitam-me esta ousadia, e penso que aí poderá parecerias com esse Movimento Associativo ter maior visibilidade aos cidadãos, cidadãos desta Cidade que são portadores de deficiência. Penso que é um campo que tem um deficit bastante grande. É pelo menos a minha perceção.

Finalmente para terminar deixava-vos uma questão.

Agora o Governo pôs na Ordem do Dia a questão da descentralização e o PSD já anda a fazer aproximações. Mas ambos fogem como o diabo da cruz da questão da regionalização.

Srs. Deputados Municipais, qual é a vossa posição sobre este facto que é praticamente inacreditável passados quarenta e tal anos ainda não fizemos uma regionalização, atenção os Srs. sabem nós temos uma regionalização, as NUT são feitas em Bruxelas, pelos burocratas de Bruxelas e nós os portugueses assobiamos para o lado, fazemos de conta que não é nada connosco.”

6.3 – Usou da palavra a Munícipe Exm.^a Senhora Maria Felismina Ferreira, em representação da APRHA, Herdade da Aroeira, residente na Charneca de Caparica.

6.3.1 – A Exm.^a Senhora Maria Felismina Ferreira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Exm.^o Sr. Presidente,

Dirigimo-nos a esta Assembleia aproveitando a oportunidade para fazer a nossa última intervenção aos atuais representantes da mesma, dando conta, e para que conste, que a situação na Herdade da Aroeira, arrastada desde há décadas, e que aqui temos vindo a denunciar ao longo de mais de um ano, continua igual, sem qualquer avanço e sem perspectiva de evolução positiva, antes pelo contrário.

Se bem se recordam, na nossa intervenção de abril passado, informámos esta Assembleia que tínhamos sido convocados para uma reunião com o Exm.^o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Almada, na qual depositávamos as maiores expetativas. Pois bem, essa reunião aconteceu, apenas para nos remeter para uma outra reunião de trabalho, a promover pelo Exm.^o Sr. Diretor Carlos Alberto Rodrigues Marques, a qual esteve agendada para 15 de maio p.p.. Essa reunião de trabalho foi cancelada, e nenhuma outra foi marcada, apesar das nossas insistências.

Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Almada sugerimos que não se “melindre” com as nossas reivindicações. Acreditando inclusive nas suas boas intenções, temos então de concluir que algo de muito errado se passa ao nível dos serviços que dirige, compostos por pessoas que não desenvolvem as ações que o Sr. lhes incumbe. Quem impede quem, quem se escuda com quem, quem desobedece



a quem e quem se defende de quem, é algo que nos transcende e não nos preocupa, mas apenas e só até ao limite em que toda essa inércia prejudica os proprietários e residentes que aqui representamos, e nos condiciona na defesa dos seus interesses.

A denúncia deste estado de coisas, junto de quem é responsável pelo mesmo, não é certamente agradável, mas isso deveria constituir um desafio para mudar, para corrigir e para resolver todos os problemas, evitando gastar tempo e esforço criticando gratuitamente quem, com razão, faz proactivamente a denúncia. Em consciência e movidos pela boa-fé, sempre estivemos disponíveis para dialogar, para trabalhar em parceria e para nos comprometer com a Autarquia, procurando soluções para a Herdade da Aroeira. Em troca fomos iludidos, ludibriados, enganados e usados, sujeitados a adiamentos e a esperas como forma de adormecimento das nossas vontades.

Temos perfeita noção de que não será hoje o dia em que se irá “Remendar” o que até aqui não foi feito, eventualmente poderia ser o dia de fazer novas promessas, no âmbito de uma campanha que se desenrola para novas eleições autárquicas mas, não foi para ouvir esse discurso que aqui voltámos hoje.

O que verdadeiramente importa realçar hoje aqui, é o descontentamento acumulado, as expectativas frustradas e os direitos ultrajados dos proprietários e residentes da Herdade da Aroeira, a quem tanto se mentiu, se negou e se ostracizou.

Não poderemos continuar por este caminho, não aceitamos que nos excluam, seja por inoperância, incompetência ou apenas por um qualquer preconceito ou bloqueio mental.

Denunciaremos este estado de coisas, até que mudem, Continuaremos por cá, para fazer parte dessa força de mudança.

Certamente que muitos de vós voltarão de novo a esta Assembleia no âmbito de um novo mandato e, a esses, queremos desde já garantir que nos voltaremos a encontrar.”

6.4 – Usou da palavra a Munícipe Exm.^a Senhora Célia Guerreiro, em representação do Chá de Histórias, residente em Almada.

6.4.1 – A Exm.^a Senhora Célia Guerreiro:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu represento o Chá de Histórias. Gostaria de saber porque é que os vossos serviços autorizam um evento na noite de São João e depois nos multam com 7.000€?

Que fique esclarecido que não agimos erradamente de livre vontade, seguimos todos os procedimentos legais, e o evento só se realizou porque houve autorização por parte dos vossos serviços conforme e-mail em nosso poder.

Não tínhamos qualquer recinto improvisado mas simplesmente um recurso de última hora para dar estabilidade aos instrumentos, pois se alguma vez se sentarem na esplanada do Chá de Histórias poderão verificar que a calçada é irregular. Nesse sentido foram usadas duas paletes, que estavam guardadas para fazermos mobiliário como podem ver hoje no interior do nosso estabelecimento.



Tratou-se de uma situação pontual, um evento a realizar no exterior pois era o terceiro aniversário do Chá de Histórias e noite de São João em que há festa e animação por todo o lado, desde sempre. E isso posso comprovar pois cresci e sempre vivi em Almada.

O evento decorreu tranquilamente e terminou à hora que era prevista 23H, horário de entardecer, apesar do descontentamento dos que estavam a assistir.

Mas foi dada autorização, porque mudaram de atitude, pergunto se por ter havido queixa do morador Emanuel Vidal? Morador este que sempre se manifestou não só contra o Chá de Histórias mas como contra a rua em geral e a única intenção que sempre teve, era vender a sua casa.

Consta que o conseguiu recentemente.

Nós até hoje cumprimos com o que nos foi exigido, não realizamos mais eventos no interior do estabelecimento.

O Chá de Histórias não lucrou com qualquer evento realizado pois nunca cobrou um cêntimo para que qualquer pessoa pudesse assistir. E este evento pontual só contribuiu para trazer mais gente à rua Cândido dos Reis.

Somos uma microempresa familiar, que resolveu apostar tudo o que tínhamos em Almada, tanto eu como o meu sócio e marido, esforçamo-nos todos os dias para pagar as nossas contas, os nossos impostos, os estudos das nossas filhas e como devem calcular ou se pretenderem verificar através de documentos comprovativos das contas da empresa, é impossível suportarmos uma multa de 7.000€ tanto pelo valor mas o mais impensável pela forma como nos é exigida. Por isso pergunto porque nos multaram oficiosamente o evento na noite de São João?"

6.5 – Usou da palavra o Município Exm.º Senhor Gonçalo Paulino, em representação da Delegação de Almada ACISTDS, residente em Almada.

6.5.1 – O Exm.º Senhor Gonçalo Paulino:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu venho aqui na qualidade de Presidente da Delegação de Almada da Associação de Comerciantes do Distrito de Setúbal e venho aqui falar exatamente do mesmo tema visto que estamos envolvidos nesta questão e apesar de termos sido entrevistados não fomos tidos em consideração.

No passado dia 2 de outubro de 2015, chegou ao meu conhecimento um ofício que determinava o início de processo contraordenacional e encerramento de atividade do estabelecimento “Chá de Histórias” por uma suposta falta de autorização de um espetáculo musical.

Não foi referido neste processo que, este espetáculo musical era uma atividade conjunta com a Delegação de Almada da ACISTDS e, que o pedido de ocupação pública foi requerido pela Delegação e que todas as restantes autorizações e pagamentos a entidades ficariam a cargo do estabelecimento “Chá de Histórias”, na celebração do seu terceiro Aniversário (evento contracorrente, tendo em conta a estatística relativa à saúde e manutenção da atividade das microempresas no País, ao qual o Concelho de Almada não é exceção).



O pedido por parte da Delegação de Almada da ACISTDS foi feito no dia 18 de junho de 2015, por e-mail, dirigido à Dr.ª Fátima Belo, Chefe em substituição da DQMSU.

Não tendo obtido qualquer resposta, no dia 23 de junho entrei em contato com a Dr.ª Fátima Belo, pois, à semelhança do que tem acontecido variadíssimas vezes, a autorização da ocupação de espaço público só nos chega no próprio dia do evento. Foi-me dito pela Dr.ª Fátima Belo que teria seguido da parte do departamento que dirige, um ofício para a respetiva Vereação no dia 19 de junho e que apenas não foi possível o envio da respetiva autorização por falta de tempo, apesar do regulamento prever um pedido com vinte dias de antecedência.

Devido a tantos aspetos positivos no sentido de se promover mais um evento numa rua de referência a nível nacional, em que o Município não tem qualquer despesa, foi entendimento continuar a atividade pois pelo que entendemos, pelos vistos por lapso, que o despacho da Vereação já estaria emitido, só faltando o seu respetivo envio.

As questões mais fulcrais prendem-se com o seguinte:

- Se o evento tivesse sido pedido com vinte dias de antecedência, seria emitida a respetiva autorização?
- Se sim, que gravidade representa um espetáculo que terminou às 23H como consta dos autos da polícia?
- Sendo uma empresa familiar em que todos os elementos maiores da família trabalham na mesma, que gravidade representa este despacho de Vossa Excelência na vida desta família?

A direção da Delegação de Almada da ACISTDS é composta por comerciantes e prestadores de serviço a título de voluntariado, sem qualquer tipo de remuneração e no caso específico da Delegação de Almada, sem direito a qualquer verba por despesas de deslocação ou representação, por deliberação de reunião de direção.

Não podemos enquanto Direção, e especialmente na minha pessoa enquanto Presidente deixar de pensar que uma atividade promovida por nós para benefício cultural do Concelho de Almada possa determinar o encerramento ou coima de um estabelecimento. Não é esse o nosso desígnio.

O estabelecimento em questão, o “Chá de Histórias” é um exemplo a seguir em termos de empreendedorismo. Duas pessoas que partiram do “zero” criaram uma referência no Concelho de Almada, nomeadamente na rua Cândido dos Reis, e acreditaram neste projeto do Executivo Camarário ainda antes de se iniciarem as obras de requalificação.

Foram os primeiros a investir naquela rua.

Eu estou aqui a assumir as minhas culpas em todos o processo enquanto Presidente, esperava que outras pessoas também assumissem essas responsabilidades e não empurrassem para a frente uma situação desta maneira.”

6.6 – Usou da palavra a Munícipe Exm.ª Senhora Maria de Fátima Bárbara Campina, residente na Trafaria.

6.6.1 – A Exm.ª Senhora Maria de Fátima Bárbara Campina:



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É a segunda vez que abordo esta situação em que eu estou. Eu sou natural daqui de Almada, por motivos que hoje estou a revive-los novamente, não ter apoio, não ter ninguém. Ausentei-me do País para vários países sempre em trabalho, tenho muitíssimos, bastantes descontos, desde o ano passado que ando praticamente sempre de volta da Doutora Maria José Monteiro, que eu não conheço a Sr.^a de lado nenhum a pedir auxílio, a pedir rendimento, a pedir ajuda para eu receber as minhas reformas, porque eu tenho direito a elas. Tudo isto porque eu tenho a minha madrinha comigo. Esteve cinco meses acamada no chão em casa, eu a sofrer, entraram já em minha casa mais de cinquenta pessoas, Assistentes Auxiliares, Advogados, as Doutoradas da Câmara Municipal.

Há pouco tempo na Trafaria quando foi a apresentação dos Srs. para se candidatarem a Presidentes, eu abordei o Doutor José Gonçalves, estava em casa ouvi e arrisquei, e perguntei ao Sr. Doutor Vereador José Gonçalves, perguntei se não havia respeito, se não havia ninguém que me ajudasse no meu próprio país. Vim para cá salvar o meu paizinho que acabou por falecer, não tenho bens, se tivesse bens não estava a pedir ajuda, não tenho tempo para ir tratar das coisas que já dei desde o ano passado, mais de cinco mil fotocópias, se forem à Junta de Freguesia da Trafaria estão lá muitas de certeza, que eu fui lá também tirar, desapareceram os documentos até hoje têm andado a gozar-me. Entretanto o meu prédio entrou em ruína eminente, todos vocês o sabem, estou abandonada com a minha madrinha acamada, sem luz, sem poder abrir a luz e sem poder mexer na água porque aquilo é só infiltrações. E eu pergunto: onde é que eu estou, a vergonha que eu estou a passar, tenho um irmão alcoólico, a Assistente Social ajuda-o, paga-lhe a mensalidade do quarto, pagou-lhe a boca e tem ajuda e eu não tenho nada. Tenho zero. Estou a viver um dia de cada vez. A ter que comprar comida ao dia, não ter televisão, não ter água, não ter luz, há mais de cinco meses. O Doutor cumpriu aquilo que me disse que calhou um fim-de-semana, cumpriu sim senhora, foi segunda-feira como ficou combinado, falámos, apareceu lá com mais duas pessoas e penso que sejam também Doutores. Dona Maria de Fátima nós estamos aqui par ajuda-la, não para fazer mal às pessoas. Era a Doutora Paula, a Doutora Cristina, eram tantos que eu já perdi mesmo o tino, já estou a ficar com uma depressão nervosa, com razão. Ninguém me ouve, eu vim aqui perguntar, a minha madrinha está em casa sozinha, vim aqui perguntar se é necessário chamar a televisão, porque isso já não se usa no nosso país e eu fui muito boa trabalhadora, quando eu saí daqui com dezanove anos fui com tendências suicidas por causa da infância que eu tive e nunca ter tido apoio. Eu agora tenho uma Sr.^a da Junta Autónoma de Estradas, Primeira Oficial onde temos carinho. Ela fez a dia quatro deste mês anos eu faço a dia vinte e oito. O nosso prédio está a cair em cima de nós Doutor José Gonçalves sabe não sabe? Sabe que é verdade, eu não sei falar caro, não sei ser falsa, está aqui um rapaz que é a segunda que vez que o vejo, ele conhece-me, o irmão também, eram os pais dele que me ajudavam.

Tive que ir para fora trabalhar, isso não se faz. Estou farta de escrever cartas, a proteção Civil vão lá a casa, tiram fotografias, e é só promessas e eu tenho o prédio a cair mesmo em cima de mim e da minha madrinha. Isto já não se usa, eu estou no meu país.



Ainda este fim-de-semana caiu lá um prédio, isto não se faz, eu estou num segundo andar o terceiro andar está a cair no meu.”

6.7 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, os Srs. Deputados Municipais Carlos Guedes, Maria D’Assis, Nuno Matias e Pedro Matias, e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.7.1 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu pedia em relação a duas questões que foram colocadas que o Senhor Vice Presidente pudesse responder.”

6.7.2 – O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Breves palavras relativamente à questão que a Sr.^a Alexandra Gonzalez trouxe, enfim foi uma comunicação a esta Assembleia porque não foi propriamente para pedir informação que já tive a oportunidade de lhe dar a informação, porque quando referiu “eles” da Câmara, era eu que lá estava. E fui eu que dei à Dona Alexandra e a todos que estavam na reunião a informação que considerei na altura adequada e pertinente. Transmiti e também posso transmitir à Assembleia Municipal é que os Serviços Municipalizados têm práticas ambientais certificadas, têm procedimentos, naturalmente avarias existem, os sistemas não são sempre fiáveis, há situações que temos que gerir e nessas situações há procedimentos que são executados, designadamente comunicação à Agência Portuguesa do Ambiente quando há descargas de efluentes não tratados. Não é por, naturalmente como todos compreenderão, por três dias de descarga no Tejo que a massa de água se transformará de um dia para o outro em situação de contaminação, dado que até há quinze anos todos os esgotos da Área Metropolitana de Lisboa exceto a Quinta da Bomba no Miratejo gerida pelos Serviços Municipalizados de Almada despejava no Tejo e nós continuávamos a usar naturalmente a massa de água do Tejo.

Portanto, as questões têm a relevância que têm, têm a preocupação que têm, demos com toda a transparência a informação, demos às entidades a quem temos que dar e na reunião demo-la também. Não escondemos nada naturalmente, não temos nada para esconder, temos procedimentos claros.

Quando há questões de saúde pública é assim que agimos. Quando não há risco para a saúde pública agimos com as normas que temos e que consideramos adequadas. Portanto não foi propriamente uma pergunta dado que a informação já tinha sido prestada na primeira oportunidade e com toda a transparência.

Dona Maria de Fátima, as questões que traz são questões preocupantes, são questões de grande complexidade e que infelizmente muitos dos nossos concidadãos vivem. Situações de dificuldade, que é preciso naturalmente conhecer, que é preciso encontrar soluções e encontrar apoios. Conhecedor num dos domingos em visita à Trafaria da sua situação, assumi consigo no dia a seguir ir lá ter, fui e levei técnicos da Câmara Municipal para darmos o devido enquadramento e para podermos ajudar naquilo



que for adequado e que for possível ajudar. E mais não posso dizer deste ponto de vista, a não ser que continuaremos a acompanhar e continuaremos a fazer tudo para que tenha uma qualificação da sua vida e que se possa contribuir para a solução.

As questões da Segurança Social são aqui muito pertinentes e muito importantes, mas nós não descarregamos nas outras entidades, faremos tudo também para ajudar. A situação é complexa como penso que todos compreenderão.”

6.7.3 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só duas ou três observações, agradecer as intervenções que foram feitas.

Em relação à primeira questão naturalmente se o assunto entenderem que merece queixa à Agência Portuguesa do Ambiente devem-no fazer, para que eventualmente possa ser mais bem averiguado o que se passou e que se possa esclarecer todas as matérias relacionadas com esse incidente.

Tendo em conta aquilo que já foi dito pelo Sr. Vice Presidente e pelos cuidados que em relação a estas matérias existem e, naturalmente também a possibilidade de ocorrerem acidentes ou incidentes com este tipo de equipamentos complexos. Mas só corrigimos na medida em que estas matérias possam ser devidamente conhecidas e aprofundado o que é que se passou. Depois naturalmente há sempre as feridas naturais e algum excesso de linguagem mas isso faz parte.

Sr. António Palma, enfim já nos conhecemos, as suas preocupações em relação a todo este conjunto de matérias. É um homem conhecedor, informado, conhece perfeitamente que as questões de habitação são questões em que o Poder Local colabora com o Poder Central na sua resolução e portanto é uma boa notícia que haja presentemente por parte do Governo uma nova atitude em relação às questões da habitação que já desde 1993 não se verificava. Portanto, desde o Programa PER que em matéria de habitação as coisas não funcionavam. Agora existe vontade de se mexer nisso e pensamos que mexer sinceramente, o levantamento foi feito, colaborámos no levantamento e estamos naturalmente empenhados em que haja uma boa solução para esse problema de grande magnitude no nosso Território, até porque a abordagem é uma abordagem bastante mais ampla do que aquela que até agora tem sido praticada. Praticamente se circunscrevia às situações das casas abarracadas e neste momento estamos perante uma abordagem com outra amplitude e outra vontade. Queremos acreditar naturalmente com algumas centenas de milhões de euros porque é disso que se trata, mas que o problema deverá ser resolvido, até porque centenas de milhões de euros ao nível do país às vezes são muito mal empregues como todos nós sabemos.

Em relação às questões das acessibilidades Registo Civil é também como sabemos um serviço da Administração Central, temos preocupações em relação a isso assim como em relação às condições em que as pessoas trabalham e em relação às condições de espera das pessoas naquele espaço, queremos acreditar que nas iniciativas que se desenvolvem no âmbito da Loja do Cidadão se possa encontrar uma solução com outra dignidade para que o nosso Registo Civil possa funcionar.



Em relação às restantes matérias as preocupações são comuns no essencial, designadamente as preocupações sobre as Freguesias, também com certeza tendo presente que a agregação de Freguesias não terá sido uma boa solução, aqui estamos para continuar essa luta com certeza continuando a tê-lo ao nosso lado.

Dona Maria Felismina, nós conhecemos a situação, tomámos as iniciativas, o problema como conhece é um problema complexo, recebemos a SILCOGE e denunciámos junto da SILCOGE o pedido que tínhamos que diligenciar. Pensamos, voltamos a dizer-lo, que é um assunto para tratar com seriedade e com vontade de resolver e que num Estado de direito nós somos obrigados a cumprir os passos necessários para que os problemas sejam resolvidos e portanto não gostávamos que fosse da parte da Comissão de Moradores ou qualquer entidade que quisesse arrastar a Câmara para infringir aquilo que são as normas elementares do Estado de direito nesta matéria.

Há contrato, os contratos podem ser beneficiados mediante determinadas condições e os Srs. sabem quais são e portanto as diligências e os passos necessários que terão que ser dados.

Como saberá também sou um visitante frequente da Aroeira e vejo o que lá se passa, vejo os cartazes, vejo as ruas, vejo tudo e mais alguma coisa que ali ocorre. Naturalmente que não há melindres por causa disso. O que interessa são as pessoas, o que interessa é que os problemas se resolvam porque, para nós as pessoas são todas iguais.

Depois Dona Célia Guerreiro “Chá de Histórias”.

Há um mal-entendido com certeza, porque da informação de hoje onze de setembro, às 18H35, aquilo que me foi dito era que em face do exposto o processo foi arquivado na Divisão de Fiscalização Municipal e foi dado conhecimento ao reclamante através do ofício nº 186/206 de 01.06.2016. Esse processo está arquivado, e por ventura aquilo que a Sr.^a tem na sua posse resulta de algum procedimento administrativo que não terá sido acautelado. É um problema que se resolverá com certeza nesse quadro. Pelo menos no que diz respeito à queixa que aqui nos foi trazida, poderíamos ter resolvido isso, diligenciei junto do meu Gabinete para que recebessem o mais rapidamente possível e penso que está agendada uma reunião para sexta-feira de manhã para este assunto. É um assunto, já percebi, de ordem administrativa, agradeço que me possa dispensar o encontro na sexta-feira de manhã porque ele penso, está resolvido. Temos tempo com isto da sua parte e da minha e acho que não há nada em relação ao Chá de Histórias a não ser aquilo que já disse há pouco.

O Sr. Gonçalo Paulino é o mesmo assunto só lamento que com as suas responsabilidades tenha sido mobilizado, está no âmbito das suas responsabilidades, fica-lhe muito bem cá vir, é sempre um prazer vê-lo, mas a resposta está dada em relação a essa matéria e em relação ao seu vizinho ele confirma aqui que foi comprovado telefonicamente pelo reclamante que esclareceu que os técnicos que após a notificação camarária cessaram as animações musicais no estabelecimento em referência. Também não tenho ideia que haja motivo ou nova queixa, pelo menos tendo em conta que a informação é de hoje às 18H35 e que esse assunto estará enterrado.



O problema que aqui nos traz a Dona Maria de Fátima Campina. Naturalmente que é motivo da nossa preocupação, com certeza que irá ser visto, ver se é abordado no âmbito do Plano de Emergência, se é abordado no plano do âmbito da habitação e naturalmente como foi dito pelo Sr. Vice Presidente vamos acompanhar por forma a resolver rapidamente a questão que está colocada pela Dona Maria de Fátima.”

6.7.4 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu vou tentar não me exceder na linguagem embora não seja fácil. Não é fácil porque não é fácil. E em primeiro lugar eu quero dirigir-me à Alexandra Leal e em nome do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda endereçar os sentimentos pelo falecimento do Renato, imagino o que estejam a passar neste momento, nem sequer imagino.

O Sr. Vice Presidente da Câmara Presidente dos SMAS, disse aqui que respondeu à Alexandra Leal quando foi inquirido por ela mas não respondeu perante esta Assembleia. O que o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda quer neste momento saber é o que aconteceu de facto nesse dia, porque é que a descarga foi feita, que medidas foram tomadas para prevenir a população ou se não foram porque é que não foram, e portanto queremos saber tudo e esta Assembleia tem o direito de saber tudo.

Em relação à Herdade da Aroeira e à intervenção da Sr.^a Maria Felismina, durante quatro anos nós tivemos intervenções constantes nesta Assembleia em referência a este assunto. Não temos respostas mas as respostas que vão sendo dadas aqui são constantemente as mesmas. É um problema complexo e não há solução para o problema.

Em relação ao Chá de Histórias e em relação à intervenção da Célia que eu devo dizer e assumo aqui é minha amiga, foi minha vizinha durante muitos anos, eu sou cliente do Chá de Histórias. O que aconteceu naquela noite até às 23H00, aconteceu em toda Almada, eu por acaso nessa noite não sai de casa, fiquei em casa mas nas Barrocas eu ouvia as festividades em todo o lado. Felizmente às 18H35 de hoje, eu não sei a que horas encerram os Serviços da Câmara, mas às 18H35 de hoje o processo foi arquivado. Felizmente. (Não? Percebi mal?) Seja como for, o que se passa na rua Cândido dos Reis, aquela rua tem situações enviesadas de permissões para colocar buracos no chão para os guardas sóis serem colocados lá, quando três anos depois há um ofício a mandar retirar, quando depois a Câmara assume que vai novamente colocar os guardas sois e quem paga é o erário público (não estou a fazer confusão, pois não Sr. Presidente?)

Em relação ao que o Sr. Paulino disse está esclarecido.

Agora em relação à Dona Maria de Fátima Campina.

Eu escutei com muita atenção todo o drama que está envolvente a esta situação, mas há uma questão que eu quero de facto ver respondida. Qual é o edifício, qual é o risco de ruína ou rutura que o edifício apresenta? Que medidas vão ser tomadas, ou já foram tomadas, ou estão a ser tomadas para que isso não aconteça, tendo em conta todos os antecedentes que esta Assembleia tem conhecimento.”

6.7.5 – A Sr.^a Deputada Municipal Maria D’Assis (PS):



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente ao Chá de Histórias, eu também frequento o Chá de Histórias e de facto a Câmara deve ter cópia da notificação que fez ao Chá de Histórias com arquivamento do processo. Portanto há de haver algo que possa comprovar que em altura oportuna que notificaram a empresa que o processo estava arquivado. Não me parece que os donos do Chá de História viessem a esta Assembleia colocar a questão se de facto já tivessem sido notificados do arquivamento do processo. No entanto, quero dizer que este processo prova que de facto a Câmara tem alguma dificuldade na mediação de situações dos residentes e dos privados, dos comerciantes locais. Este é um caso paradigmático, é uma situação de facto de uma empresa familiar, de um casal que é empreendedor, que está numa zona em a parte da animação é extremamente importante, que cumpriu com todas as orientações que a Câmara colocou e só faz uma atividade exterior porque verbalmente e porque recebeu um ofício da Câmara a dizer que a atividade estava autorizada. Nesse sentido eu acho extremamente negativo todo este processo penoso, eu sei o que o casal passou com o agravamento sucessivo das coimas e eu penso que a Câmara tem que ter algum cuidado nessa situação, porque pode por em risco empresas que são familiares e que de certo modo não têm proveitos tão elevados e para além disso eu também acompanho esta situação e sei a angústia deste casal sobre este assunto. Felizmente que a situação hoje às 18H35 foi comunicado ao Sr. Presidente pelos Serviços que foi arquivado. No entanto era importante e nós gostaríamos de acompanhar o processo e vamos fazer o Requerimento, e gostávamos de saber quando é que a empresa foi notificada a comunicar o arquivamento da situação.

Relativamente ao 2º Torrão.

Eu acho que independentemente de a Lei dizer que se tem que notificar a agência tal, numa intervenção de proximidade que é aquela que se está a fazer no local, se devia comunicar aos exploradores até para evitar ruído, que se calhar se tivesse sido feita uma comunicação, se calhar as coisas se tinham passado de outra maneira. Mas aproveito de facto esta situação para dizer que o 2º Torrão independentemente da intervenção que a Câmara diz que tem, continuam os moradores a não terem eletricidade, continua o espaço público a estar extremamente sujo (só estou a constatar uma situação) e de facto esta descarga deveria (Sr. Presidente pode achar muita graça, mas se calhar quem vive lá é capaz de não achar muita graça às questões que o Sr. Presidente está a achar) agora o que eu acho é que o 2º Torrão continua, independentemente de todo o esforço de todos e a Câmara aqui tem um papel preponderante, eu acho que a situação deveria ter tido uma abordagem no sentido de comunicar àquelas famílias que estava a haver uma descarga e se calhar explicar que não teria contornos tão graves e isso não foi feito.”

6.7.6 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu queria só em nome da Bancada do PSD centrar em três das questões levantadas, mas sobretudo para pedir esclarecimentos que eu acho que é para isso que aqui estamos, e é um dever do Executivo tentar dar-nos esses mesmos esclarecimentos.



Em relação à questão do 2º Torrão e à descarga, nós condescendemos que realmente há acidentes que acontecem, nada a dizer. Há acidentes que acontecem. Agora a pergunta que ainda não foi feita e a resposta que ainda não foi dada, é se em dado momento e quando se detetou a situação, se houve uma informação a todos os moradores ou aos moradores da Freguesia da Trafaria daquilo que se estava a passar. Porque isso é que é relevante. Eu confesso que não percebendo todo o impacto que terá tido a descarga, qual terá sido a sua dimensão, acho que estar aqui a fazer folclore político não faz sentido. O que faz sentido é que o Executivo nos esclareça se houve ou não houve informação à população, se foram tomadas medidas de contenção da situação e se estão a procurar corrigi-la para tentar evitar que no futuro não suceda este tipo de situações, porque como é óbvio ninguém é infalível, por vezes há acidentes que acontecem e o que é fundamental é que os impactos sejam minimizados. É fundamental nós tentarmos perceber se assim foi.

Portanto fica essa primeira questão.

A segunda questão tem a ver com aquilo que aqui foi falado pela Sr.^a Felismina Pereira da Aroeira, porque eu confesso que também registei algo que é fundamental que seja esclarecido, porque tão ou mais importante do que ser a resolução daqueles problemas, daquele território que também já se vem a agudizar há demasiado tempo, e já vai sendo o tempo também de uma vez por todas se definir o papel de cada um nas suas responsabilidades e não continuar haver aqui um jogo do pingue-pongue que acontece há demasiados anos, e todos nós somos testemunhas, há demasiados anos. Mas houve aqui algo que eu retive, é que parece que houve uma reunião que foi desmarcada, foi adiada, ninguém justificou e nunca mais aconteceu, isso para mim é que é grave confesso-lhe Sr. Presidente, Sr. Vice Presidente. Não sei quem é que tratou, mas haver um dirigente da Autarquia que trata assim, se aconteceu assim, e por isso é que eu estou a questionar, se isto aconteceu desta maneira e alguém contactou a Associação de Moradores para dizer que não podia ser, pode acontecer, e que iria marcar e nunca mais voltou a ligar, eu confesso que isso é muito grave. E isso é que é fundamental que também seja esclarecido aqui se foi assim, se não foi assim para todos ficarmos com essa informação. Porque acho que quando vem aqui um munícipe quer ser esclarecido mas os Deputados Municipais nalguns casos também não conhecem tudo. Já agora e, eu também foi a primeira vez que ouvi falar nessa história da reunião, gostava de saber o que é que se passou realmente nesta situação.

A outra tem a ver com a Trafaria e aquilo que a Dona Fátima Campino nos transmitiu. É porque eu recebi durante o fim-de-semana umas fotografias, que penso que não têm a ver com a situação em causa da rua Miguel Bombarda, do edifício que colapsou. Presumo que a Proteção Civil saiba o que é que se passou, mas eu acho que é fundamental que se perceba se está a ser acompanhado este tipo de situações, se estão identificadas para minimizar e para tentar evitar eventuais danos não só materiais, porque eu confesso esta zona é uma zona bastante movimentada da Trafaria, não é propriamente uma zona deserta de pessoas, se calhar de habitantes mais, menos de circulação, mas é fundamental perceber o que se está a passar, porque parece que há edifícios que se calhar estão num estado bastante periclitante, se calhar é o caso da morada desta cidadã e já agora era fundamental



saber, a Proteção Civil tem esta situação registada? Já foi averiguar se estão pessoas em perigo? Se sim, em que medida. E era fundamental uma vez que houve aqui esta preocupação que, parece-nos a nós preocupante que essa informação também seja dada a esta Assembleia.”

6.7.7 – O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É para retomar aqui um pouco a questão da Herdade da Aroeira que neste Mandato vi com alguma influência aqui colocando e esta é uma imagem de marca que o Sr. Presidente da Câmara deixa neste Mandato. Quatro anos, o assunto está por resolver, isto é uma espécie de telenovela mexicana, vai continuar sem fim. Mas digo-lhe uma coisa Sr. Presidente, a Herdade da Aroeira é território do Concelho de Almada. Eu sei que o Sr. Presidente se calhar ainda não percebeu, mas é território do Concelho de Almada. E a questão do contrato, se o Sr. Presidente tivesse vontade política e coragem política já tinha rasgado o contrato. Tem muitos assuntos, muitos assuntos para o poder rasgar. Juridicamente se lhes quisesse pegar a Câmara Municipal de Almada tinha muito por onde pegar para rasgar aquele contrato, mas provavelmente há outros assuntos que o inibem e que o deixam se calhar a pensar.”

6.7.8 – O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sendo breve.

Estamos a falar de descarga de efluentes domésticos, não estamos a falar de descarga de efluentes químicos, ou petróleo ou qualquer outra coisa, é preciso também precisar a questão. Depois há procedimentos, não só dos Serviços Municipalizados como das entidades ambientais para estas coisas. É evidente, nós poderíamos ter dito à Fabrica dos Sonhos que estávamos em descarga, dissemos à Comissão de Moradores. Podíamos ter feito uma informação à população, mas se houvesse razões para fazer essa informação à população, naturalmente. Se não se identifica perigo para a saúde pública, não é razão para estar a fazer uma divulgação. Mas, como disse na reunião, penso que fui e estão aqui pessoas mais que a Alexandra que estavam presentes, na reunião disse tudo porque nós não escondemos nenhuma informação, não há razão nenhuma para esconder qualquer informação do que aconteceu, que não tem a importância que está hoje aqui a ser colocado, que uma situação de gestão normal da infraestrutura que às vezes avaria.

Sr. Deputado Carlos Guedes, o que é que aconteceu? Aconteceu que a bomba avariou e em vez do depósito drenar como devia drenar, deixou de drenar e foi necessário substituir uma bomba. E a nossa prioridade foi arranjar uma bomba no mercado, ir buscar uma bomba igual ou superior ou melhor, compra-la e pô-la a funcionar. E essas coisas são de uma infraestrutura como a nossa, são aquilo que aconteceu. Se fizer o requerimento penso que daremos toda a informação formal que não tenho aqui mas que existe nos serviços, porque não temos razão nenhuma para não a dar à nossa Assembleia Municipal.

Compreendo que neste momento alguns de nós estão num momento um bocadinho perturbado.”



6.7.9 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Herdade da Aroeira. Nós recebemos a SILCOGE, na sequência de um levantamento que foi feito das não conformidades que foram detetadas pelas nossas equipas em relação ao contrato existente, fez-se um dossiê e fez-se uma reunião. Essa reunião não foi uma reunião pacífica e nós tivemos que fazer o envio com o devido aviso e com os devidos procedimentos jurídicos do dossiê recolhido das respetivas inconformidades. Existem prazos legais para a SILCOGE responder.

Dizer que nós não nos conformamos com o facto de a SILCOGE dizer que não faz aquilo que é sua obrigação porque diz que 40% dos moradores da Aroeira não pagam o seu condomínio, responsabilizando a Comissão de Moradores por incentivo ao não pagamento do condomínio.

Estou aqui a dizer-lo porque estão a querer levar a questão para um pedido de esclarecimento aprofundado e há um conflito aberto entre duas entidades, como se pode perceber em relação a esta matéria. E a Câmara Municipal sem dar todos os passos legais e jurídicos para que o dito protocolo ou o dito acordo possa ser anulado, não faz. Nós não podemos rasgar as coisas.

Um Deputado do Partido Socialista a dizer aqui uma coisa destas? Até parece mal, não sei se isso é uma coisa que possa ser facilmente acompanhada.

Vamos com calma em relação a esse assunto para podermos assumir responsabilidades.

Chá de Histórias.

Eu peço desculpa se não estive a ser claro. É evidente que eu disse que a informação era de hoje para sabermos que é de hoje, é uma informação recentíssima. Se disséssemos que há um mês que tinha sido arquivado, e alguém podia ter dito “não, não, mas ontem veio uma coisa nova”.

A questão do Chá de Histórias está morta e enterrada. É um não caso, é um não caso e tentámos resolver quando ele foi caso.

E os Srs. Deputados com certeza têm imensas preocupações, que pudessem naturalmente ultrapassar mais esta questão.

Informar que foi dado conhecimento de reclamante através do ofício 186/206 FIS, de 01 de junho de 2016. Foi arquivado nessa data ou antes dessa data, supondo nós. E sublinha-se posteriormente, em junho de 2016, não existem quaisquer novos registos relativos ao processo em causa permanecendo o mesmo arquivado.

Multar sobre um processo arquivado, é um bocadinho complicado, convenhamos.

Esse assunto está arrumado. Peço desculpa mas está arrumado. Não estou a ver que se possa ter outra interpretação sobre esta matéria.

Sobre as questões das informações, já disse o que tinha a dizer, o Sr. Vice Presidente já informou sobre essa matéria.

Eu chamo atenção para quando existem avarias desta natureza de facto é uma situação complicada que se coloca aos Serviços, porque como sabem e um rio funciona duma ponta à outra. A gente quando diz assim “não fazemos a descarga” significa informar as pessoas que lá estão em casa também “não



descarreguem o autoclismo e fechem as torneiras, nada de escorrer para dentro do esgoto”. Ou então já criámos uma bacia de drenagem com uma redundância e tal. Acho que podemos aprender com isso e criar bacias de redundância também em relação aos sistemas de esgotos. Mas, como sabem não é prática em geral, mas em relação a isso temos que melhorar todos aprendendo também com os acidentes, não é só com os erros, é com os acidentes.

Em relação à questão dos edifícios e do edifício em concreto da Dona Maria de Fátima, a questão está colocada e naturalmente que a Proteção Civil irá verificar.

Agradeço as observações que fez Sr. Deputado Nuno Matias em relação a estas matérias, mas com certeza que iremos fazer isso.

A desmarcação da reunião só teve a ver com o facto da reunião com a SILCOGE não ter sido uma reunião conclusiva. Não havia condição para podermos avançar com o que quer que fosse. Mas estou e sou sensível a que não havendo reunião pudesse ter havido a possibilidade de um esclarecimento, esse aspeto poderemos esclarecer e tratar melhor.”

6.7.10 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A questão que coloco ao Sr. Vice Presidente já que foi ele que respondeu. Eu entendo que há procedimentos a tomar, com certeza, agora o que eu pretendo saber é se os procedimentos que foram tomados não tinham alternativa? Se a decisão foi tomada de forma, com base em critérios financeiros, não havia outra forma de descarregar o que aconteceu sem ser para o rio. E eu pergunto é, não havia forma dos SMAS ou da Câmara de colocarem um aviso na praia? Porque se houvesse pessoas nesse dia a tomar banho naquela praia, é porque sejam dejetos humanos, seja o que for, não é com certeza confortável haver pessoas a tomar banho numa praia onde há dejetos humanos a serem descarregados.

Eu queria saber também se Agência Portuguesa do Ambiente foi notificada dessa decisão e se deu o seu ok.

Eu posso fazer todos os Requerimentos que o Sr. Vice Presidente quiser, mas recordo que temos um requerimento de 30 de janeiro que ainda não foi respondido, e estamos em setembro.”

6.7.11 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Sr. Vice Presidente informou que a Agência Portuguesa do Ambiente foi notificada. Se houver queixa de alguém ao procedimento, naturalmente que estamos disponíveis para que em processo seja esclarecido a quem deva ser esclarecido.”

6.7.12 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, eu peço desculpa faço um ponto de ordem à Mesa. Eu coloquei questões diretamente ao Sr. Vice Presidente da Câmara e não foram respondidas.”

6.7.13 – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:



“Srs. Deputados Municipais;

Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, a Câmara já ultrapassou todo o tempo e eu não vou dar mais tempo. É a minha missão aqui. Eu tenho poucas competências mas pelo menos aquelas que tenho deixem-mas ter.”

7 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

7.1 – Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. António Iria Revez e de Reconhecimento da sua ação político-humanitária).

7.1.1 – O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

(Eu vou ler algumas passagens do Voto de Pesar sobre o falecimento do Dr. António Iria Revés.)

Permitam-me uma nota pessoal, é com grande tristeza mas também com distinção desta leitura em homenagem ao meu camarada e ao médico que me ajudou a nascer.

É com profundo sentimento de perda que a Assembleia Municipal de Almada se reconhece pelo falecimento do Dr. António Iria Revez, médico almadense conhecido e reconhecido especialista em ginecologia e obstetrícia, cidadão empenhado no progresso social, lutador antifascista, construtor e participante no Portugal de Abril.

O Dr. António Iria Revez faleceu no passado mês de agosto, com 83 anos. Nasceu a 15 de outubro de 1933 em Ermidas – Sado, freguesia de Alvalade e Concelho de Santiago do Cacém.

No Liceu Pedro Nunes em Lisboa, frequentou e concluiu os estudos secundários.

Em Coimbra frequentou a Faculdade de Medicina, onde se licenciou em 1959, tendo feito o estágio médico nos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Ainda nos tempos de estudante empenhou-se nas lutas pela liberdade, pela democracia, pela dignidade do ser humano, tendo participação ativa, e empenhada nas lutas académicas, ligando-se também ao Movimento de Unidade Democrática – MUD Juvenil.

Foi assim que começou a ser referenciado pela PIDE como é testemunhado por documentos da polícia política arquivados na Torre do Tombo que o identificam como pertencendo ao grupo de estudantes que na academia professavam ideias mais avançadas.

O caráter profundamente humanista de António Iria Revez é também referência destacada pela sua conduta integrado no exército português em cumprimento do serviço militar obrigatório.

Em setembro de 1960, após conclusão do curso de medicina é chamado a cumprir o serviço militar frequentando o Curso de Oficiais Milicianos, em Mafra e posteriormente o Curso de Operações Especiais, em Lamego, acabando por integrar uma Companhia de Caçadores Especiais destinada a operações nas colónias ultramarinas. A Companhia de Caçadores foi formada e preparada em Ponta Delgada onde foi encontrar outros militares descontentes e referenciados como não afetos ao regime e vigiados pela PIDE, entre outros destacavam-se (ao tempo) o Tenente-Coronel Alvarenga, o Major Marques Pinto e o Tenente Melo Antunes.



A Companhia depois de estar mobilizada para o “Estado da Índia” na altura já invadido pelas forças armadas indianas, acabou por embarcar em 1962 para a Guiné-Bissau.

Foi assim em plena situação de guerra na Guiné que se vê obrigado a contrariar de forma frontal e determinada certas imposições procedimentais dos comandos militares e do poder político do fascismo. O oficial miliciano médico António Iria Revez exaltou que nunca poderia recusar ajuda médica a todo e qualquer ser humano incluindo as populações indígenas que viviam em brutal carência e proclamou o que considerava contrário à dignidade e aos direitos humanos, à ética médica e de violação do princípio Jurado (juramento de Hipócrates) da consagração da vida ao serviço da humanidade em que a primeira preocupação do médico são os cuidados de saúde dos enfermos.

De nada valeu a opinião de alguns outros e nomeadamente oficiais superiores que até consideravam que a ação e empenho do oficial médico Iria Revez devia ser exemplo a considerar e a desenvolver junto das comunidades indígenas.

No dia 8 de julho de 1962 o oficial miliciano médico é preso e acusado de “crimes graves contra a segurança do Estado”, sendo transferido para a Casa de Reclusão do Governo Militar de Lisboa – O Presídio da Trafaria, aguardando durante 22 meses julgamento. Julgado pelo Tribunal Militar Territorial de Lisboa e depois pelo Tribunal Superior por recurso, acabou por ser condenado por acórdão de 3 de novembro de 1964 a pena agravada de 3 anos e 3 meses de prisão maior, a medidas de segurança e a perda de direitos políticos por quinze anos.

Em 7 de outubro de 1967, após cinco anos, três meses e quinze dias de prisão em que passou pelas prisões militares na Guiné, por três meses de isolamento na Penitenciária de Lisboa, pelo Hospital Prisão de Caxias e também no seu reduto sul, cumpriu pena no Forte de Peniche, donde foi restituído à liberdade em 7 de outubro de 1967.

Mas os tempos que se seguiram, agora em liberdade vigiada foram ainda tempos muito difíceis, de muitas privações, de luta e labuta pois que afastado da prática médica em mais de cinco anos, aliado à condição de preso político era impedimento determinante para o acesso a trabalho remunerado na função pública e assim impedido de trabalhar em qualquer hospital do Estado.

Mesmo em liberdade condicional imposta pela justiça fascista manteve a sua atividade política e a sua ação cívica de que é exemplo o apoio expresso e envolvimento com a candidatura do Dr. José Malheiro da Silva, do Movimento de Oposição Democrática pelo Distrito de Setúbal nas eleições de 1969 à Assembleia Nacional.

Entre 1967 e 1974, impedido de exercer medicina em instituições públicas, António Iria Revez sobreviveu nesses longos sete anos com severas dificuldades pessoais e familiares, mas resistiu honrando as causas e valores humanistas e revolucionários a que de alma e coração se dedicou.

Foi após a Revolução de 25 de abril de 1974 e das conquistas da liberdade, da democracia, dos direitos humanos e da cidadania que conseguiu desenvolver a sua carreira profissional de Médico e Especialista em Ginecologia e Obstetrícia, percorrendo toda a carreira desde o internato até à direção



de serviços na Maternidade Alfredo da Costa sempre cumprindo escrupulosamente todos os procedimentos legais de concurso público e prestação das respetivas provas de acesso.

Em Almada o Dr. António Iria Revez foi um clínico reconhecido e sempre referenciado pela sua altíssima competência profissional, a que sempre juntou uma relação de profunda proximidade, afeto e amizade com as suas pacientes, o que aliado ao seu passado e presente de lutador pela Liberdade e a Democracia, construtor e obreiro do Portugal de Abril e paladino dos valores e causas do progresso e justiça social, determinaram o reconhecimento público pelo Município de Almada por decisão da Câmara Municipal de 2007, da atribuição da Medalha de Ouro de Mérito e Dedicção Municipal.

O Cidadão Iria Revez foi também e sempre um participante ativo e empenhado nas iniciativas de promoção da saúde desenvolvidas no Município Almadense após a Revolução de Abril. No Concelho de Almada, como a nível nacional foi protagonista de variadíssimas ações e campanhas em “Defesa do Serviço Nacional de Saúde”, pela “IVG – Interrupção Voluntária da Gravidez”, sobre a “Crise Mundial” de “Apelo à Paz e Segurança Mundial”, contra a “Violência no Médio Oriente e os Direitos do Povo da Palestina”, sobre os “Valores e Direitos Humanos”, entre muitos outros.

O Cidadão António Iria Revez aderiu ao Partido Comunista Português em 1974, sendo de registar ainda na sua intervenção política e cívica em representação partidária as candidaturas à Assembleia da República e de eleito em órgãos deliberativos municipais, pois foi eleito nas primeiras eleições do Poder Local Democrático Constitucional, realizadas em 12 de dezembro de 1976, para a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, sua terra natal e em 1993 foi eleito Deputado Municipal da Assembleia Municipal de Almada cuja participação muito prestigiou o órgão autárquico do município.

Era membro da União de Resistentes Antifascistas Portugueses – URAP.

António Iria Revez, Cidadão e Médico, é exemplo e referência de vida vivida de empenho e dedicação às causas e valores da liberdade, da democracia, do progresso e justiça social, sendo credor indiscutível do reconhecimento e homenagem de todos os democratas, da comunidade almadense, cuja memória ficará indelével e perene junto de todos e todas quantos e quantas com ele tiveram o privilégio de conviver, ao seu lado lutar, trabalhar e partilhar progressos, anseios e esperanças de uma vida digna para todos os seres humanos. Referência de generosidade e amor ao próximo, de compromisso militante pelas causas e ideais humanistas e de cidadania – Homem Militante Por Abril, De Abril e Com Abril.

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão plenária no dia 11 de setembro de 2017 delibera:

- 1 – Expressar o mais profundo sentimento de pesar e perda pelo falecimento do médico e cidadão António Iria Revez.
- 2 – Exaltar a vida de extrema dignidade e de elevação cívica e moral de António Iria Revez e as suas qualidades de Cidadão democrata militante da liberdade, construtor da democracia, obreiro do Portugal de Abril e protagonista lutador do progresso e justiça social.



3 – Apresentar neste momento de dor e luto a sua esposa Rafaela, a todos os seus demais familiares e amigos e ao Partido Comunista Português as mais sentidas condolências.

7.2 - Verificado o quórum e não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação do documento.

7.2.1 – O Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. António Iria Vez e de Reconhecimento da sua ação político-humanitária, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Bruno Dias, foi aprovado por unanimidade.

7.2.4 - Seguiu-se um momento de silêncio de homenagem e em memória do Cidadão falecido.

7.3 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usou da palavra o Sr. Deputado Municipal João Galdes retirando a Moção/Deliberação sobre Decisão do Governo relativa aos terrenos da Margueira, apresentada.

7.3.1 – O Sr. Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

“A CDU concordou com uma Recomendação do Grupo de Representantes relativamente à não apresentação nesta Sessão da Assembleia Municipal de documentos para discussão política no Período de Antes da Ordem do Dia, designadamente Moções e outro tipo de documentos à exceção de Votos de Pesar, acabamos de aprovar um de documentos urgentes.

Na sequência desta decisão dos Representantes, ocorreu um acontecimento que nós reputámos de urgente e que nesse sentido fizemos a proposta a todos os Grupos com representação municipal, no sentido de podermos aqui discutir e aprovar um documento sobre a decisão que o Governo da República tomou no passado dia 7 de setembro relativa aos terrenos da Margueira. As respostas que obtivemos a essa proposta foram negativas à exceção da Sr.^a Deputada Municipal Independente Maria Odete Alexandre e do Partido Pessoas Animais Natureza que não expressou a sua opinião e face a essas circunstâncias, porque nós cumprimos os compromissos que assumimos e não regateamos essa questão, a CDU solicita a retirada desta Moção.”

7.4 – No debate usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, Carlos Guedes e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

7.4.1 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, destacar e assinalar a decisão do Grupo Municipal da CDU, sobretudo a mensagem que eu gostaria de deixar, porque eu acho que ao longo deste Mandato fomos exemplares, sem exceção, na forma cordial, leal e vertical como todos nos relacionámos entre nós e como em Sede de Conferência de Representantes estabelecemos acordos de cavalheiros, foram cumpridos no pressuposto e no funcionamento e no bom funcionamento desta Assembleia. E seria desagradável, seria apenas isso, mas seria desagradável, se não continuássemos com esse princípio e furássemos isso na última reunião deste Mandato.



Portanto saudar esta decisão da CDU, apenas destacando até, e foi isso que até nos levou por princípio a achar que seria um mau precedente fazê-lo, porque fomos convidados a pronunciarmo-nos no próprio dia, quarenta e oito minutos depois do fim do prazo da entrega de documentos. Ou seja, se tivesse havido aqui alguma massa crítica ou margem crítica que possibilitasse que outras bancadas também apresentassem documentos, eu diria que em teoria poderia haver aqui uma igualdade de oportunidades para todas as bancadas. Não tendo sido assim, esse para nós era um obstáculo logo à partida determinante para a nossa não anuência à proposta feita pela CDU.

Mas ainda bem que a CDU tomou esta decisão, acho que só eleva a todo o princípio de lealdade e verticalidade que tem acontecido na preparação destas Sessões.”

7.4.2 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, naturalmente que todos saudamos o que aconteceu e isso que não reste dúvida nenhuma e neste momento a nós resta-nos saudar a decisão da Bancada Municipal da CDU, dizendo que naturalmente se a desafetação era urgente já era urgente há vinte anos, a saudação pode naturalmente esperar mais algum tempo.”

7.4.3 – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Dar nota do seguinte, não são sete iluminados que decidem sobre esta Assembleia, a Reunião de Representantes é um Órgão Consultivo do Presidente, e como tal sugere que se faça de certa maneira, mas como nós tivemos oportunidade de discutir na reunião, nada impedia que um Deputado aqui chegasse desde que apresentasse em tempo, desde que fosse em tempo, um documento. E se esse Deputado apresentasse em tempo um documento esse documento tinha que ser aqui discutido, porque nós na Conferência não temos competência para anular o Período de Antes da Ordem do Dia. Isto importa ficar claro, eu estou de acordo com tudo aquilo que foi dito, muito importantes os consensos. Mas uma questão é a representatividade daquele organismo, outra é a democracia pura e a democracia pura dos poderes no nosso caso é este no coletivo, este coletivo dos trinta e oito – o Plenário da Assembleia. É importante que mesmo para futuro tenhamos em conta.

Relativamente aos Requerimentos. Não houve alteração nenhuma relativamente à informação dada na última reunião por isso há Requerimentos por responder que vão voltar a ser registados na Ata desta nossa reunião.”

8 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

8.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal (Conforme Anexo X).

8.1.1 – Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, para apresentação do documento.

8.1.1.1 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Sr. Presidente, no mesmo espírito eu dispensava a apresentação, por circunstâncias que se prendem com esta Assembleia foi feito uma síntese, não terá sido com certeza difícil a leitura do documento síntese, mas naturalmente poderá e haverá com certeza muitos pedidos de esclarecimento e queria deixar essa disponibilidade aos Srs. Deputados Municipais."

8.1.2 – No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Ana Salvado, João Gerales, Nuno Matias, Joana Mortágua, Carlos Guedes, José Joaquim Leitão, Bruno Dias e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

8.1.2.1 – A Sr.^a Deputada Municipal Ana Salvado (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Não sei precisar o dia, mas entre o final do mês de agosto e principio do mês de setembro, a pouco mais de um mês das eleições autárquicas o seu executivo lança uma Campanha Publicitária sobre Almada através de outdoors com frases muito interessantes:

Muito interessantes a vários níveis:

- desde logo, porque integram uma Campanha com um marketing forte com mensagens muito inspiradoras tais como *Almada Vencedora* ou *Almada Livre*, apenas para nomear duas delas
- depois porque é extensa e dirigida a todos os almadenses – um vasto conjunto de outdoors dá vida a esta Campanha por todo o concelho. Não tive tempo para os contar e para providenciar mais exemplos frásicos, mas atendendo aos meus percursos individuais, que se situam no centro de Almada, extrapolo que o número de outdoors seja considerável;
- E, por isso, por ser tão forte e tão extensa, é finalmente interessante porque não se percebe a sua razão de ser. Não vislumbro, Sr. Presidente que os munícipes de Almada sofram de falta de identidade ou de sentimento de pertença a este concelho a não ser, Sr. Presidente, que a razão de ser desta Campanha seja outra considerando que na altura do seu lançamento estávamos a pouco mais de 1 mês de eleições.

E, se razão for outra, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, lamento dizê-lo mas sinto-me enquanto deputada municipal mas, sobretudo, enquanto munícipe e cidadã, envergonhada, incomodada e insultada.

A pouco mais de um de um mês de eleições, os Srs. dão-se ao luxo de considerar que os eleitores de Almada são vazios de intelecto? Têm a lata, e desculpe-me a expressão, de lançar uma Campanha sobre Almada PAGA POR TODOS NÓS, travestida de propaganda eleitoral? Ou Almada Vencedora é apenas uma frase dedicada à figura ilustrativa da judoca Telma Monteiro, Sr. Presidente?

Sr. Presidente, esta campanha ficará para a história da falta de ética e do mau gosto deste executivo para com todos os Almadenses.

Como calcula não me refiro em termos legais e não sustento a minha indignação com base na Lei Eleitoral dos Órgãos Autárquicos, até porque há matérias cuja regulação não passa necessariamente pela estrita normatividade legal, felizmente existem normatividades sociais e éticas pelas quais os



indivíduos pautam os seus princípios. O que está em causa nesta Campanha financiada pelo Município de Almada e paga por todos nós resume-se a uma das duas possibilidades:

Ou os Srs. consideram que os munícipes almadenses são seres desprovidos de espírito crítico;

Ou os Srs. vivem numa bolha ficcional de que são um órgão sem escrutínio, comportando-se como se em democracia valesse tudo!

Com toda a sinceridade, Sr. Presidente, a um mês de eleições esta Campanha fere-nos a todos!

Por isso, permita-me que lhe pergunte, olhos nos olhos: tudo o que acabei de referir não terá sido nunca questionado por quem decidiu levar avante esta estratégia de comunicação? E, por fim, quanto nos custou a todos a produção de tal iniciativa, Sr. Presidente?”

8.1.2.2 – O Sr. Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Como tivemos já oportunidade de esclarecer no período de Antes da Ordem do Dia, a CDU entendeu retirar o texto da proposta de Moção/Deliberação sobre a decisão do Governo relativa aos terrenos da Margueira por não ter existido consenso entre as diferentes bancadas no sentido de alterar a sugestão da reunião de representantes para que não fossem apresentadas e discutidas matérias de natureza política no Período de Antes da Ordem do Dia.

No entanto, porque a CDU entende que esta é uma matéria de grande e especial importância para Almada e para os Almadenses, deixamos neste período da informação do Presidente da Câmara Municipal para apreciação da atividade desenvolvida pelo Município, o texto que propusemos a todos os Srs. e Sr.ªs Deputados Municipais. A Moção-Deliberação que gostaríamos que a Assembleia se pronunciasse é a seguinte:

“O Conselho de Ministros decidiu, na sua reunião do passado dia 7 de setembro, aprovar o Decreto-Lei que desafeta do domínio público hídrico e integra no domínio privado do Estado uma parcela de terreno pertencente aos denominados terrenos da Margueira, e concessionaria duas parcelas do domínio público à Baía do Tejo, correspondentes à Doca 13 e à marina de recreio, dando expressão a uma exigência de longa data do Município de Almada e dos Municípios que integram o designado Arco Ribeirinho Sul.

A decisão tomada pelo Governo, que desde já saudamos vivamente, cria as necessárias condições para que possa prosseguir o processo de contactos e negociações com múltiplos interessados, nacionais e internacionais, em investir no desenvolvimento económico e social previsto para os terrenos em causa, no quadro do Plano de Urbanização de Almada Nascente-Cidade da Água, aprovado pelo Município de Almada, publicado em Diário da República e em vigor desde 2009.

Esta constitui, sem dúvida, uma notícia de grande significado e impacto para o Concelho de Almada e para as populações, permitindo perspetivar o desenvolvimento do processo que conduza à reversão e superação de uma situação de continuada e progressiva degradação do território dos antigos Estaleiros da Lisnave na Margueira, que são hoje o resultado mais visível da desativação e desmantelamento daquela importante unidade industrial de reparação naval que esteve em laboração ao longo de quase metade do século passado.



A decisão do Governo abre igualmente as portas à execução do projeto de requalificação urbanística consubstanciado no Plano de Urbanização de Almada Nascente-Cidade da Água, potenciando as excecionais condições oferecidas por aquele território para o desenvolvimento económico e social, em função da sua privilegiada localização no maior Estuário da Europa.

O reconhecimento pelo Governo do Plano de Urbanização de Almada Nascente-Cidade da Água enquanto “projeto de interesse nacional” que o Decreto-Lei agora aprovado de forma clara traduz, confirma a razão do Município de Almada, e dos restantes dois Municípios que integram o projeto do Arco Ribeirinho Sul – Seixal e Barreiro –, na sua tenaz defesa de concretização de um investimento estruturado e consistente nas áreas industriais desativadas dos três concelhos, enquanto fator de promoção do desenvolvimento económico, criação de emprego e bem-estar das populações.

Por isso, expressamos a viva e veemente satisfação pela decisão tomada pelo Governo da República no passado dia 7 de setembro, reiterando o interesse nacional de que se reveste o investimento na reabilitação e revitalização da área dos antigos Estaleiros da Lisnave na Margueira, Concelho de Almada.

Saudamos de forma igualmente viva e veemente todos quantos, perante a necessidade de encarar a adoção de soluções urbanísticas, económicas e sociais capazes de compensar as consequências resultantes da desativação das antigas atividades industriais na área da Margueira, não vacilaram um momento na luta pela concretização do projeto de desenvolvimento consubstanciado no Plano de Urbanização aprovado e em vigor, nomes entre os quais não podemos deixar de destacar o da anterior Presidente da Câmara Municipal de Almada, pelo seu empenho, a figura de Maria Emília Neto de Sousa.

E expressamos um voto de confiança no desenvolvimento de todo o processo de requalificação e regeneração das antigas áreas industriais desativadas de Almada, Seixal e Barreiro, enquanto projeto de desenvolvimento económico dos três Concelhos, da Área Metropolitana de Lisboa em que se inserem e do País em geral.”

8.1.2.3 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Neste ponto da Informação Municipal, eu acho que há realmente temas, situações, assuntos que é fundamental serem esclarecidos e o primeiro deles e em parte também no seguimento da intervenção anterior, tem a ver também com a Margueira, com este Voto/Saudação que eu penso que todos podemos subscrever. Mas eu gostava também que aqui tivesse sido dito todos os factos da história e da história também mais recente, alguma dela que eu também tive a ocasião de viver enquanto Deputado da Assembleia da República e de um processo começou não neste Governo mas no anterior. E por isso se há que saudar a decisão do atual Governo, saúda-se, mas também há que saudar do anterior Governo que começou e o Executivo sabe disto tão bem quanto eu, este processo de desafetação.



Para além disso em relação também a algo que já aqui foi dito hoje, e os célebres cartazes que estão a povoar o nosso Concelho, eu também gostava de saber algumas coisas. Penso que o valor é fundamental para que fique claro quanto é que custa uma opção destas ao Executivo Camarário, mas também é fundamental perceber a quem é que foi adjudicado esse serviço, mas eu diria ainda mais, ao contrário do que aqui foi dito anteriormente, eu tenho sérias dúvidas da legalidade desta decisão. É que a Lei Eleitoral no seu artigo 41º é clara, as entidades públicas no período que está previsto na Lei, têm um dever de neutralidade. Neutralidade. É certo que ninguém lá apela ao voto, é óbvio, ninguém apela ao voto. Mas ouvir aqui o conjunto de cidadãos que hoje ouvimos, a Sr.ª Felismina; a Sr.ª Fátima, A Xana da Fábrica dos Sonhos, eu diria que se calhar não anda toda a gente tão feliz como aparece no cartaz. Ou seja, há ali uma atitude diria eu, no mínimo desequilibrada de interpretar a felicidade dos almadenses. Se são ao menos trabalhadores, se estão com mais ou menos veia vencedora, eu diria que há um objetivo escondido que como é óbvio todos percebemos, mas sobretudo que a Lei pune. O artigo 41º da Lei Eleitoral é claro e por isso a minha pergunta aqui não é se é legal ou não é legal, eu faço a minha interpretação. A minha pergunta é se o Sr. Presidente da Câmara está disponível para pagar esses cartazes do seu bolso. Porque isso é que eu acho que era de valor. Numa altura onde os bens são escassos e há tanta coisa por fazer, fazer um cartaz desta natureza é no mínimo ofensivo aos cidadãos desta terra.

E por isso Sr. Presidente, para além de o convidar a cumprir a Lei, espero que também tire as consequências e pague do seu bolso esses cartazes.

Para além disso Sr. Presidente, fomos todos brindados nos últimos dois meses com uma atividade exaustiva e diria quase caótica, de intervenção nas estradas do nosso Município. Eu diria que acho que asfaltaram mais ruas e estradas em dois meses do que em três anos e meio. Ainda bem que fizeram alguma coisa, mas Sr. Presidente deixe-me que lhe diga e essa toca-me a mim pessoalmente, foram asfaltar a minha rua e não precisava.

Há ruas do Concelho que há quinze anos que não veem asfalto, a minha felizmente não era preciso e tiveram o cuidado de a ir asfaltar. Sim senhora, mas Sr. Presidente quanto é que isso custou? Quanto é que isso custou? Qual é que foi a brincadeira eleitoral e qual é que vai ser o reflexo orçamental? Isso também era importante que nos desse essa informação.

Mas Sr. Presidente chegamos hoje com esta Sessão ao fim do Mandato. E como aqui foi dito pelo Sr. Presidente da Assembleia e bem, não tivemos evolução em relação a alguns Requerimentos. Um deles do PSD, onde nós perguntávamos expressamente no Festival Sol da Caparica, qual foi o processo de decisão que levou a pagar a alguém para produzir o Festival perto de setenta e cinco mil euros, penso eu de forma através de ajuste direto, qual é que foi o processo? Consultou-se o mercado? Viu-se se havia mais produtores? Ou foi porque alguém é amigo de alguém e se entendeu que aquela era a melhor opção e resolveu-se pagar quase setenta e cinco mil euros para organizar algo que custa 1.3 milhões de euros e dá um prejuízo de mais de setecentos e quarenta mil euros.



Sr. Presidente, como ainda não teve a amabilidade de nos responder, aproveitar esta ultima Sessão para nos esclarecer, quem é que é aquele produtor, porque é que ele é melhor do que outros que estão no mercado e porque é que nós tivemos que lhe pagar quase setenta e cinco mil euros em ajuste direto evitando assim concurso público?

Mas já agora Sr. Presidente também era importante que nos respondesse a um Requerimento que nós entregámos sobre aquisição de imóveis, porque nós não nos esquecemos que este Mandato resultou em aquisição de imóveis num valor superior a seis milhões de euros.

Sem pôr agora em causa o valor, a justiça e o valor estratégico de cada aquisição, não é isso que estamos agora a tratar, penso que em dado momento isso terá que ser avaliado, Sr. Presidente eu ainda não consegui perceber e como não houve resposta continuamos na dúvida, porque é que houve dualidade de critérios nas propostas como elas foram apresentadas, é que nós continuamos a ver propostas onde nós não vemos o valor patrimonial que consta das finanças. E aí em nenhuma delas se percebe quem é que valorizou esses negócios e qual foi a visão estratégica que levou a que fosse esse o valor atribuído. Nós não estamos a fazer juízo de valor, se foi pouco, se foi muito, eu acho que isso tem que ser escalpelizado, não fazemos esse juízo de valor neste momento.

Agora essa informação tem que ser dada e ainda não foi dada. E por isso Sr. Presidente e para finalizar, vamos certamente discutir mais à frente, mas folgamos em saber que às vezes há propostas que o PSD vai apresentando que depois resultam em alguma coisa.

Mais à frente vamos aprovar certamente a Proposta sobre o Transporte Inclusivo que resulta de uma Moção de uma Assembleia de Freguesia apresentada pelo PSD e Sr. Presidente bem-vinda a solução.”

8.1.2.4 – A Sr.^a Deputada Municipal Joana Mortágua (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Saudar o Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, as Sr.^{as}. e Srs. Vereadores, as Sr.^{as} e Srs. Deputados, as Múncipes e os Múncipes aqui presentes e também aqueles que nos estão a assistir e por isso também agradecer aos técnicos e aos trabalhadores que permitem que isso aconteça neste exercício da democracia que é permitir transmitir para quem está interessado na Assembleia Municipal de Almada.

Foi aqui evocado um princípio ético que nos leva a ter cautelas sobre a utilização de Órgãos como este, uma Assembleia Municipal, mas também de dinheiros públicos e da Câmara Municipal durante um período de campanha.

O Bloco de Esquerda valoriza muito esse princípio ético e é por essa razão que não traremos hoje e decidimos faze-lo outra matéria que não seja assuntos urgentes. E por esse princípio ético não utilizaremos este período de atividade municipal para trazer aqui matérias que pudessem ser confundidas com campanha eleitoral.

Pelo mesmo princípio ético nós reprovamos a campanha de cartazes que a Câmara Municipal resolveu pôr de forma bastante visível e extensa na rua, que não pretende, não tem nenhum objetivo de informação aos múncipes sobre qualquer matéria que fosse importante, tem como único objetivo a propaganda sobre o



Concelho de Almada, por essa razão nós consideramos que ela para além de eticamente reprovável, que temos também fundamentos legais para fazer e fizemo-lo uma queixa à Comissão Nacional de Eleições sobre essa campanha e reiteramos aqui a pergunta, mera curiosidade democrática sobre os custos que essa campanha terá tido para a Câmara Municipal de Almada.

Pelo mesmo princípio ético, saudando naturalmente que depois de décadas à espera ainda que tenha sido mais ou menos vinte dias de eleições a desafetação dos terrenos da Margueira tão importantes para o desenvolvimento do Concelho, saudamos mas deixamos para a campanha eleitoral a discussão dos projetos que poderemos ter ou que poderemos debater sobre de que forma é que aqueles terrenos vão contribuir para o desenvolvimento de Almada, não esquecendo que o Plano que hoje existe entre os dez anos que demorou a ser feito e os quase oito anos que leva de aprovação, já são muitos anos sobre condições que hoje podem não estar atuais, mas tudo isso ficará para o debate entre candidatos e candidatas aos Órgãos do Município de Almada.

Traremos noutra ponto a esta Assembleia também uma outra questão que nós poderemos debater quando chegar a altura, e também aqui foi mencionada, em relação ao Circuito da Saúde e aos Transportes Sul do Tejo.”

8.1.2.5 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu aproveito este momento e naquela que será talvez por ventura a minha última intervenção neste Mandato, para dirigir umas breves palavras, para recordar algumas questões que ficarão em suspenso. Não nos esquecemos da derrocada na estrada das Barrocas, na rua União Piedense, transitará para o próximo Mandato talvez, continuamos a aguardar o Relatório da Comissão de Inquérito.

Continuaremos a aguardar respostas a uma serie de questões, mas neste momento eu gostaria de aproveitar este momento para, e espero que a Sr.^a Deputada já cá esteja e está, para saudar o meu camarada e colega de bancada ao longo destes quatro anos, Pedro Oliveira, que não está hoje aqui porque está na Assembleia de Freguesia do Laranjeiro e Feijó que está a decorrer neste momento, ele não será candidato a este Órgão no próximo Mandato, mas acompanhou-me aqui ao longo de quatro anos, tanto quanto a sua saúde o permitiu, ele tinha alguns problemas de saúde nesta última fase.

Gostaria de me despedir da Sr.^a Deputada Odete Alexandre, que se vai despedir de nós neste momento, nós já nos despedimos na última Assembleia e voltamo-nos a despedir e continuaremos com certeza a contar com o seu espírito crítico.

Gostaria de me despedir da Sr.^a Deputada Luísa Ramos, dar-lhe um grande abraço e dizer-lhe que gostei muito de trabalhar consigo estes quatro anos.”

8.1.2.6 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente às questões que foram colocadas, eu começaria pelos dotes oratórios da Sr.^a Deputada Joana Mortágua, porque me fez lembrar o chamado discurso de Marco António no funeral de Júlio César tal como Shakespeare o descreve em que dizendo que não quer falar de nenhum dos assuntos



fala deles todos. Portanto fica-lhe bem, falou deles e também somos obrigados por razões éticas a responder-lhe.

Naturalmente que as questões que foram colocadas por todos prendem-se com duas situações, uma que é as questões dos cartazes. Enfim, não assumiria que tudo aquilo que Almada é, é resultado de um único estilo ou maneira de gestão. Sabem perfeitamente que pelo menos no Mandato em que temos estado, temos procurado valorizar também o papel das oposições e a contribuição dos cidadãos na construção desta nossa Cidade. Sabemos todos quanto temos valorizado neste contexto de competição territorial ao qual nós não aderimos, mas que se nos impõe por via de outros e de outras formas de estar. A importância da valorização do nosso território, aqui tão perto de Lisboa, aqui justamente perante aquele que é o nosso principal centro de atração e estamos todos empenhados em dar uma imagem positiva do nosso Município. Ultrapassada esta fase crítica, todos vão aderir aos valores e à imagem que ali se pretende transmitir e que mais do que às nossas questões importa que ela chegue aos cidadãos.

Já na anterior Assembleia tivemos ocasião a outro propósito de nos referirmos a essas questões, e temos a ideia que precisamos de valorizar a nossa imagem naquilo que ela tem de positivo e que a valorização pode pintar de cores mais fortes aquilo que em relação a aspetos aos quais nem todos aderimos. Mas queremos que a imagem do nosso Município, do nosso Concelho, chegue a todos, que seja aquela que ali foi transcrita e é pena não ter sido feita em inglês, em francês ou em castelhano, para que outros povos possam sentir-se aqui em segurança, bem e perante uma terra agradável em várias dimensões. Com o mar, com o rio que também lá está e que já lá estão antes de nós cá estarmos.

Depois em relação às questões da Margueira.

A questão da Margueira foi uma grande questão deste Mandato, e queremos aqui naturalmente saudar todos aqueles que contribuíram para que este processo se pudesse concretizar, e todos sabemos ou pelo menos alguns saberão tudo aquilo que foi feito para que se pudessem ultrapassar todo um conjunto vasto de obstáculos, na medida em que o interesse dos investidores se antecipou largamente àquilo que foi a nossa capacidade de nos agilizarmos na concretização e aqueles que se empenharam seriamente em que essas dificuldades de ordem administrativa fossem ultrapassadas, aqueles que embora procurando respeitar os tais passos a que o Estado de direito nos obriga mas que porfiaram para que nenhuma oportunidade se perdesse. Nós temos que os saudar porque foram companheiros desses nossos percursos. O nosso grande projeto de desenvolvimento com impacto em Almada, impacto na Região, impacto no País como o próprio Governo reconhece, o grande projeto é o projeto da Margueira. E não podemos de maneira nenhuma desvaloriza-lo e eu compreendo-vos perfeitamente, as razões porque o Grupo Municipal da CDU tentou aqui unir no contorno desta questão. Teria sido muito positivo e mobilizador, porque há causas que nos unem para além daquilo que sejam as nossas incompreensões e as nossas diferenças de opinião. Mas a diferença de opinião manteve-se há anos como se manterá depois, mas entramos numa nova fase e essa mudança de plano, essa mudança de



nível, é uma mudança que nos toca a todos, tudo aquilo que nós discutamos sobre a Margueira daqui para a frente é diferente daquilo que nós discutimos até agora.

E volto a dizer, há janelas de oportunidade, nós tivemos janelas de oportunidade enquanto o Canal do Suez esteve fechado, mas quando o Suez abriu a janela de oportunidade que trouxe para aqui a indústria naval e reparação naval, acabou rapidamente, obrigou à reconversão e todos nós ainda discutimos sobre que tipo de reconversão é que podia ter sido feito. E ainda divergimos sobre a forma como entendemos esses nomes e como os trabalhadores foram sacrificados na nossa opinião em relação a um modelo que não correspondeu apesar de tudo ao balanço que trazíamos de trás em relação a essa matéria. Mas nós temos uma janela de oportunidade em relação à Margueira, nós sabemos disso no contato que temos com os investidores internacionais e também com os investidores nacionais que felizmente se começam a perfilar em relação a isso. Nós temos que estar próximos uns dos outros e todos colaborarmos para que o projeto da Margueira seja um sucesso. E por ser brando às vezes também é fácil a gente desentender-se sobre isso, não é esse o nosso desejo, o nosso desejo é que nós consigamos ter a habilidade suficiente para valorizar aquilo que é do máximo interesse nacional, pelos postos de trabalho que cria, pela riqueza que pode trazer e naturalmente um pouco mais egoísta, olhando aqui para o nosso umbigo, para Almada que de facto sofrerá e aqui é um sofrer positivo em todas as suas dimensões esse novo impacto, para o qual devemos estar também preparados. Os desafios não é só coisas boas, não é só o leite e o mel, é necessário que nós também estejamos dispostos também a passar por alguns espinhos porque eles também vão surgir e vamos enfrentar outras questões.

Era fundamentalmente sobre isto que gostava de me pronunciar, em relação ao resto são questões que os Srs. Deputados ou pelo menos alguns de vós se referiram, são questões de outra dimensão.

Aguardemos também que amanhã a Comissão Nacional de Eleições se pronuncie e no sentido em que ela se pronunciar sobre a questão dos cartazes nós cá estaremos com certeza para acatar aquilo que venha a ser a decisão, sendo que o nosso entendimento não foi aquele que os Srs. Deputados aqui trouxeram e que numa leitura rigorosa da Lei pensamos que é possível valorizar Almada da forma como fizemos e gostávamos que todos vós pudessem sentir-se associados a essa Almada e aquela imagem que ali se procurou transmitir.”

8.1.2.7 – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uso a palavra para me debruçar sobre dois assuntos já referidos neste ponto da ordem de trabalhos.

O primeiro ponto a que me quero referir diz respeito aos outdoors que literalmente inundaram e submergiram o nosso Concelho. Curiosamente a CDU nesta Assembleia ao longo do tempo muitas vezes desvalorizou e amesquinhou aqueles que traziam aqui a preocupação da promoção da marca Almada. Achavam que isso era um absurdo, há registo abundante nas Atas que pode ser consultado.

De repente a CDU converteu-se ao marketing, agora é importante vender a imagem de Almada, mas perante esta campanha em concreto nós devemos-nos interrogar sobre alguns dos aspetos. E o primeiro



aspecto que nos devemos interrogar é, quem é que são os destinatários desta campanha publicitária? A quem é que ela se dirige? A segunda pergunta que podemos fazer é, quais é que são os objetivos que visa?

Ora, o Sr. Presidente veio-nos aqui dizer que esta campanha visa no fundo promover a imagem de Almada para o exterior.

Ora Sr. Presidente, eu não tinha lata de dizer uma coisa dessas. Não tinha. Porque o Sr. Presidente olhando para os cartazes percebe perfeitamente que os únicos destinatários possíveis desta campanha são os almadenses, e o único propósito possível é promover a imagem da Câmara Municipal.

Portanto se, se pretende atingir os almadenses, envolver os almadenses, se é esse o público-alvo e o objetivo é vender a imagem da Câmara Municipal, obviamente que em período pré eleitoral isso tem uma leitura e tem uma qualificação.

Não nos preocupa aqui como disse a minha colega de bancada, não nos preocupa aqui a questão da legalidade estrita e formal, essa é matéria que outros se preocupam e outras instâncias poderão apurar. O que nos interessa aqui são os aspetos éticos e políticos envolvidos e relativamente aos aspetos éticos e políticos envolvidos fica aqui a nossa censura forte, que nós achamos perfeitamente justificada e que entendemos que deve de ser do conhecimento dos almadenses.

Segundo ponto relativamente ao qual me queria referir. A questão da Margueira.

Obviamente todas as bancadas desta Assembleia, todos os Srs. Deputados, todos os Munícipes que me ouvem, percebem perfeitamente que o Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista está particularmente satisfeito com a decisão do Governo. Mas não é só isso que está em causa, este processo é um processo paradigmático a muitos níveis e é também exemplificativo do tipo de gestão que a CDU tem desenvolvido neste Concelho. Quando é que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal tomaram a primeira decisão de avançar com um instrumento de planeamento para aquele território? No ano 2000, consta essa informação no sítio da Câmara Municipal de Almada. Foi tomada a decisão no ano 2000 de avançar com o planeamento para aquele território e isto depois de muitos e muitos anos de abandono, porque durante muitos e muitos anos entendeu-se que não devia de ser dada uma utilização útil e moderna àquele espaço. Mas em 2000 foi tomada essa decisão. E essa decisão tendo sido tomada em 2000, tendo sido lançado o processo de planeamento em 2000, esse processo estendeu-se até 2009, ano em que foi aprovado o instrumento de planeamento. Desde 2009 até agora, durante oito anos, a situação foi derrapando e a Câmara Municipal revelou-se completamente incapaz de resolver as situações. Em 2017 finalmente criaram as situações por iniciativa do Governo para se poder dar um passo em frente. Mas a Câmara Municipal com o sentido de urgência que se lhe conhece, já vai debitando nos jornais a ideia que a obra arrancará em meados da década de 20. Quer dizer, é preciso termos um bocadinho de consciência da necessidade que existe de avançar com os processos, de resolver os problemas de Almada, nós não podemos continuar com esta falta de ambição, este derrapar dos processos em que os problemas dos cidadãos de facto não são resolvidos.”

8.1.2.8 – O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (CDU):



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em aparte, eu perguntei ao Sr. Deputado Municipal Deputado Municipal José Joaquim Leitão, onde é que foi aprovado em 2009 o instrumento de planeamento? E em aparte continuei a dizer, não foi na Junta de Freguesia com certeza. O Sr. Deputado Municipal, provavelmente influenciado pelo momento que o País vive, tendo em conta os calendários que temos pela frente, deixa-se dominar pelo desejo de combater e atacar a Câmara Municipal de Almada, de tal forma que até perde uma oportunidade de fazer brilhar o Governo do seu Partido. Até se esqueceu do papel que o atual Governo acaba por ter neste processo ao desbloquear este processo, e esquece-se disso tal é o afã de atacar a Câmara Municipal de Almada e a Assembleia Municipal de Almada.

Porque também convenhamos que há decisões que têm a ver com o processo quer do ponto de vista do planeamento, quer do ponto de vista do procedimento em termos legais e do ordenamento do território, que passarão pela Assembleia Municipal a que o Sr. pertence. E nós podemos dizer que a culpa é tanto da Câmara como é da Assembleia Municipal. Ou seja, é muito pouca. Convenhamos numa coisa Sr. Deputado Municipal, eu reitero a pergunta, onde é que foi aprovado apenas em 2009, como o Sr. diz, o instrumento de planeamento do território? Onde é que foi aprovado?

O Sr. sabe, mas não disse, foi no Governo, no Poder Central. E apenas em 2017 foi aprovado o Decreto-Lei que tinha a capacidade que agora se desencadeia no processo de permitir avançar este procedimento no quadro da desafetação do domínio público e passagem para o domínio privado do Estado e a concessão da Doca 3 e da Marina de Recreio, e o Sr. Deputado Municipal disse mas não sabe, fez de conta que não sabe, que é no âmbito de um Poder Central que durante anos e anos bloqueou um processo e que agora finalmente desbloqueou. Mas também é caso para dizer que a Lisnave que encerrou em 2001 e o Sr. Deputado Municipal criticou como é que é possível que a Lisnave encerrando em 2001, só em 2000 é que havia decisão da Câmara sobre o avanço do processo em termos de estudo e planeamento, entretanto recordamos bem, o Governo do PS – Guterres, tentou impor às populações de Almada e nós ainda nos lembramos do processo que foi nessa altura, tentaram impor às populações e a Almada uma coisa chamada “Manhattan de Cacilhas”, sem planeamento nenhum, sem estudo nenhum. E por isso nós temos hoje em 2017, tantos anos depois disso que lembrar, temos que lembrar aos Eleitos e a quem faz este tipo de acusações, que pelos vistos as dificuldades que existiram, existiram apesar dos esforços do Município de Almada, do Município Câmara e Assembleia Municipal. Apesar dos esforços, das sucessivas reiteradas instâncias junto dos sucessivos Governos, e aqui Sr. Deputado Nuno Matias, Sr. Deputado José Joaquim Leitão, os sucessivos Governos, cada um à vez foram bloqueando o processo de tal ponto só agora termos chegado a este ponto.

Entretanto, nós temos hoje que valorizar, olhar pela positiva para o avanço deste processo e temos que olhar para a frente e pensar naquilo que há a fazer no nosso Município, no nosso território.

Agora, fazer esta acusação completamente infundada, completamente injusta, num insulto à nossa inteligência, das populações do Concelho e num insulto à verdade, criticar e responsabilizar o Município



de Almada por aquilo que foram os sucessivos bloqueios e entorses e dificuldades criadas pelo Poder Central, num processo que já há muito tempo deveria ter sido resolvido, deveria ter sido resolvido e perderam-se oportunidades. O Concelho perdeu oportunidades em relação ao investimento que já se poderia ter feito.

Neste momento aquilo que nós vamos querer enquanto almadenses, enquanto Concelho, é aproveitar as oportunidades que temos pela frente porque a vida continua. A vida continua, o trabalho está aí para ser feito e nesse espírito construtivo de trabalho em conjunto, de olhar para o território, de olhar para as potencialidades e ver aquilo que é preciso fazer para que haja um êxito efetivo no desenvolvimento integrado em relação àquele território, numa estratégia de desenvolvimento que tem que ser integrada e que tem que ser harmoniosa, é nesse compromisso que nós estamos.

E se ler bem, porque além disso dadas as circunstâncias, esta intervenção da CDU até foi distribuída antes, porque era para ser outra coisa que não foi. Se ler bem o texto, o texto é pela positiva. Não é um texto de ataque, não é um texto de crítica nem de combate. É um texto de comprometimento, de empenhamento, de firmeza, de determinação, mas perspetiva construtiva e olhar para o futuro, e também assim se viu e também assim se vê as diferenças na abordagem, na intervenção e na forma como se trata este assunto, na intervenção do PS, na intervenção da CDU, como mais uma vez nesta discussão tivemos.”

8.1.2.9 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós não aderimos à ideia de que o País arda, e Almada também não arde. Temos uma ideia diferente.”

8.1.2.10 – A Sr.^a Deputada Municipal Ana Salvado (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente de Câmara, como é costume as questões que são um bocadinho indelicadas são por si, sim, sim delicadas, quem julga o que é delicado ou não, é quem propôs e quem faz a intervenção que fez, está certo?

Situações que não sabe propriamente ou que não quer propriamente responder, são normalmente por si amenizadas em termos de discurso. Eu compreendo, faria exatamente a mesma coisa. Mas eu relembro que relativamente a estratégias de comunicação, os Srs. têm tido o Sr. Deputado José Courinha Leitão referiu isso, têm tido uma evolução substantiva quanto a essa matéria. Ou seja, têm apostado fortemente de há uns anos para cá em vender a imagem de Almada e muito bem.

Em junho deste ano, lançaram uma outra campanha de “Almada Limpa”, e fizeram bastante divulgação da mesma, não só pelos cartazes que voltaram a anunciar, mas divulgaram nas redes sociais, enfim, deram-lhe bastante visibilidade como é normal numa estratégia de comunicação. Mas sobre esta apenas colocaram-na em outdoors e colocaram-na em outdoors lamento. Mas como é que o justifica que o faça a um mês de eleições. Como é que justifica que faça a dois meses de eleições as obras que faz e os lançamentos que faz. Temos o Skate Parque anunciado com um grande cartaz sobre a sua conclusão em setembro. Há quantos anos está aquele projeto para ser executado? Pintaram o Parque



de Estacionamento Sigeia há muito pouco tempo e devem ter convidado artistas para o efeito. Pois eu pergunto-lhe, aquela está terminada, não está terminada. Porque a sensação que dá é que é um trabalho francamente mal terminado.

Eu não sei o que é que aconteceu, mas aquilo certamente não está terminado. Se está terminado está mal terminado e foi uma franca desilusão para aquilo que ali está.

Mas enfim, são variadíssimas obras que foram feitas nos últimos dois meses. E esta campanha é só mais uma, Sr. Presidente.

Isto é como nas relações, nós quando queremos agradar ao outro, obviamente que tentamos sempre fazer o nosso melhor. E tentamos que o outro goste de nós. A Câmara quer obviamente que os seus eleitores votem CDU nas próximas eleições. Mas eu pergunto-lhe, porque é que reservam para o ultimo trimestre tanta obra e tanta dedicação aos vossos eleitores e passam três anos em branco, sem asfaltar como já aqui foi dito, sem terminar obras que estão há não sei quanto tempo para terminar e enfim acabam em grande com uma campanha desta natureza. Volto-lhe a perguntar, quanto custou a produção desta iniciativa?

É uma pergunta simbólica Sr. Presidente, a qual como é hábito não gosta de responder.”

8.1.2.11 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu confesso que estava na dúvida se deveria ainda intervir ou não, mas como agora discordo frontalmente daquilo que acabou de ser dito pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, não podia deixar de intervir. E discordo porque ao contrário daquilo que o Partido Socialista acabou de dizer, essa estratégia de divulgação e de propaganda dos sucessivos Executivos já há, há muitos anos, não é de agora. Infelizmente neste caso e como noutros no passado viola a Lei Eleitoral. Mas não é de agora, verdade seja dita, não é de agora. Custa é muito dinheiro e dinheiro público. E portanto a pergunta ficou sem resposta, certamente um dia destes vamos ter ocasião de verificar de forma mais aprofundada as contas municipais e por isso aquilo que eu gostaria sobretudo de destacar, é que mais uma vez deixou passar a oportunidade, eu sei que de forma objetiva, aquela velha máxima pergunta o que quer, responde o que quer, nós percebemos isso perfeitamente, não estamos aqui há dois dias, mas mais uma vez ficamos sem o esclarecimento e os munícipes ficam sem as respostas, dos custos de coisas tão simbólicas, como aquelas que nós identificamos, como as questões que apresentámos formalmente em Requerimento e que passado estes meses todos não obtiveram resposta. O Sr. Presidente entendeu não dá-la, muito bem, fica registado essa sua opção, é uma opção, mas não as deu e por isso Sr. Presidente, hoje fica mais uma vez claro a necessidade de a Câmara Municipal passar a ter um portal de transparência municipal. Se calhar não é por acaso que no ranking da transparência, Almada está no lugar 199 em 308. Eu diria que não é brilhante, mas Sr. Presidente, convirá que quando cidadãos fazem questões, quando Deputados Municipais formulam questões ou apresentam Requerimentos, se a montante muita da informação fosse dada, tudo fosse mais escalpelizado, tudo fosse mais dirimido, claro que há opções que por ventura politicamente são enquadráveis dentro dessa



vontade maioritária de quem no passado ganhou eleições. Muito bem. Agora o que é certo, é que o escrutínio tem que existir. Os esclarecimentos devem ser dados, e mais uma vez perdeu-se a oportunidade de as perguntas terem sido esclarecidas e de os munícipes que vão acompanhando estas Sessões presencialmente ou à distância pudessem obter esclarecimentos que são evidentes, porque eu discordando mais uma vez do Partido Socialista, não é de agora, é uma estratégia que já tem muitos anos. Mas é uma má estratégia sobretudo é uma má estratégia para os interesses dos almadenses.”

8.1.2.12 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Dois ou três esclarecimentos relativamente às questões que agora foram colocadas.

Volto a insistir, nós temos uma imagem positiva do nosso Município e essa imagem positiva pensamos que é benéfica para o seu progresso, para o seu desenvolvimento, para a coesão entre os almadenses. É em torno desses valores que queremos unir os almadenses e queremos enfrentar os desafios que temos pela frente.

Não acompanhamos a propaganda negativa que está por trás das preocupações que aqui são trazidas. Pode custar muito, mas é assim.

Os Srs. Deputados do Partido Social Democrata e do Partido Socialista sabem que existe um projeto de uma campanha em torno da marca Almada em que os Srs. Vereadores foram informados disso e devem ter informado os respetivos Partidos que essa campanha existe. E que não pusemos essa campanha, sim uma campanha, em torno da marca Almada em movimento, porque consideramos que essa sim, por razões que se prendiam com as próprias características da campanha, não eram adequadas ao momento, mas pensamos que aquilo que foi feito, da forma genérica como as coisas foram apresentadas, que era oportuno e era importante que se fizesse durante este período. Este período mas não este período eleitoral, este período do ano, durante este período do ano e do início do ano letivo. Pensamos que era importante que fosse feito nesta altura. Discordarão da oportunidade, já falámos suficientemente sobre isso, mas sobre essa matéria não diria mais nada.

As nossas contas são contas que são escrutinadas. As do Sol da Caparica também.

A Autoridade Tributária fez questão até este ano de ter lá uma equipa presente para escrutínio das contas. Estamos perfeitamente claros, compreendemos que noutros sítios será mais fácil discutir as dificuldades financeiras dos Municípios, aqui felizmente não é essa a discussão que é feita, graças a uma gestão rigorosa e benéfica para o Município e para os almadenses, que foi feita ao longo dos anos. Não sabemos se estaríamos na mesma condição se tivéssemos aqui aquilo que os Srs. propunham que fosse feito no início do Mandato. Mas o que é certo, é que temos e continuamos a ter condições para responder àquilo que são os propósitos que os almadenses têm para o desenvolvimento do Município. Naturalmente que se podem depois discutir os outros aspetos, mas acho que é melhor discutirmos as questões que hoje se levantam, do que estarmos na situação conflagrada de termos dificuldades que outros infelizmente têm. E nós sabemos o que isso nos custa porque nós já pagámos seiscentos e vinte e cinco mil euros há dois anos para ajudar outros Municípios a equilibrar as suas contas. Aveiro,



Portimão por exemplo que recorreram. Mas tendo sido essa a decisão do Governo anterior em relação a essa matéria, porque o Governo atual está na disponibilidade de rever esse assunto, nós naturalmente que temos dado a nossa contribuição para o equilíbrio das contas de outros Municípios. Não esquecemos esses aspetos.

Margueira, finalmente.

Eu não esperava a sua intervenção Sr. Deputado José Joaquim Leitão, sinceramente não esperava, e até acho que não vou dar o gás que ela eventualmente mereceria que se lhe desse nesta circunstância, acho que foi de facto uma fraqueza da sua parte em relação ao momento que se está a viver e às circunstâncias.

Não acredito que o Partido Socialista pense da forma como o Sr. aqui se expressou. Penso que quando se diz no comunicado do Conselho de Ministros, e foi a primeira nota das decisões do Conselho de Ministros e é curioso, nós tão preocupados que estamos com os cartazes, que essa que foi a primeira notícia que foi dada pela Sr.^a que apresentou a Resolução no Conselho de Ministros, na quinta-feira passada, foi completamente esquecida até que tivéssemos ido ao sítio do Conselho de Ministros. Como é que a Comunicação Social sempre tão atenta em relação a tanta coisa, logo a primeira questão que foi lida da Nota do Conselho de Ministros, não passou para a Comunicação Social. Foi a Câmara Municipal de Almada que a pôs na Comunicação Social. Não vos preocupa Srs. Deputados, Srs. Vereadores, Caros Munícipes? A primeira, aquela a que o Conselho de Ministros deu com certeza maior importância e significado.

Não, falaram-se nos cinco milhões que foram gastos, bem gastos na compra dos Quadros da Maria Helena Vieira da Silva. Tudo bem. Mas é isso que se passa. Também achava que nos devíamos preocupar com isso, porque é também o amor-próprio de Almada que está em causa. Porque é que, essa que foi a primeira notícia que foi dada não passou? Não vos preocupa? Eu ficava preocupado, nós ficamos preocupados. A Margueira é de facto um grande projeto nacional convençamo-nos disso e posicionemo-nos para isso. E não entreguem só à Câmara Municipal de Almada todo o mérito de ter conduzido esse processo. Sinceramente, nós precisamos que vocês também se associem a isso, nós sabemos no mundo em que estamos, sabemos quem somos e sabemos olhar para nós próprios. Convençam-se disso. Almada precisa que os Srs. também se associem ao projeto para que ele seja concretizável. Porque o clima de desconfiança e de dificuldades que às vezes avolumam em relação a ideias feitas e preconceitos que estão criados em relação a determinadas forças políticas, são dificuldades reais que se criam à concretização de políticas que trazem o bem-estar para todos. Ponhamos de parte os nossos preconceitos, respeitemos a vontade do povo e trabalhemos de mãos mais dadas em relação àquilo que são grandes projetos. Estejam descansados que não faltam oportunidades para que as nossas divergências e diferenças de opinião se manifestem. Cada um sabe o que representa, quais são os interesses que estão em causa e naturalmente que sempre que eles estiverem em causa cá estaremos cada um para defender os seus. Acho que a CDU sabe



perfeitamente qual é o terreno em que se coloca assim como os outros saberão os terrenos em que se colocam.

Mas a nossa disposição neste momento é olhar para o que foi conseguido e é do maior interesse nacional que em outubro durante o período vazio quando se for às grandes feiras internacionais já se consiga ir dizendo, temos aqui um projeto que é concretizável e que a primeira pergunta não seja, “bem mas quando é que essa coisa vai ser licenciada ou vai ter condição para se poder andar para a frente? Voltem para cá amanhã porque nós trabalhamos com o mundo inteiro, Portugal é muito importante, o Estuário é o maior da Europa, mas não contem connosco temos outro sítio onde pôr os dinheiros”. Agora isso mudou, aproveitando que isso mudou e mudou a nosso favor. É só isso que vos peço.”

8.1.2.13 – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas uma nota muito breve.

Eu lamento que a minha intervenção não tenha sido bem entendida, porque eu critiquei de facto a CDU e a Câmara Municipal, pela conduta relativamente à campanha publicitária, critiquei a ação da Câmara, mas relativamente à Margueira não critiquei a ação da Câmara. Critiquei a inação da Câmara. E a inação da Câmara relativamente à Margueira, o arrastar de pés, o não resolver os problemas, não se verifica só relativamente à Margueira, todos nós olhamos à volta e vemos em Almada muitos exemplos disso. Vemos essa situação no Ginjal, vemos essa situação na requalificação da Estrada Nacional 377, vemos essa situação no Polis, vemos essa situação na resolução dos problemas de trânsito. Sim, das obras do Polis que foram deixadas ao abandono pela Câmara Municipal, vemos essa situação na não resolução do caos de trânsito no Centro de Almada.

Portanto, em muitas situações nós criticamos não a ação da Câmara, mas a inação da Câmara. E exatamente por isso e por entender que podia ter havido a ideia errada que eu percebi na intervenção do Sr. Presidente da Câmara, de nós termos criticado o que foi feito, nós não criticámos o que foi feito relativamente à Margueira.

Eu tenho já alguma idade e a idade não tem só desvantagens também tem vantagens. Eu ao longo dos anos na Assembleia Municipal, muitas vezes me referi à Margueira e me referi à Margueira sempre como um grande desígnio municipal, e sempre me associei à ambição da Margueira. O que eu critico relativamente à Margueira, o que o PS critica, não é o que foi feito, é o que não foi feito.”

8.2 – Entrou-se nos pontos 3.2 e 3.3 da agenda com a apreciação das Propostas Nº 250/XI-4º e 251/XI-4º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 05/07/2017 e 09/08/2017, sobre “Relatório de Monitorização da ARU de Cacilhas” e “Relatório de Monitorização da ARU de Porto Brandão”, respetivamente, (**Conforme Anexos XI e XII**).

8.2.1 – Para apresentação das referidas Propostas usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

8.2.1.1 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Gostava de sublinhar, o processo a propósito ainda do ponto anterior, que o processo das ARU é processo de sucesso e de êxito da Câmara Municipal de Almada. Como em relação a muitos outros e ao contrário daquilo que aqui acabou de ser dito.

É um projeto que teve a condição de promover um investimento de cerca de dez milhões de euros até agora, com uma pequena contribuição do Fundo Financeiro da Câmara Municipal, uma contribuição que é inferior a cerca de dez por cento do volume total do investimento feito.

Foi um processo conduzido de uma forma inteligente, e as coisas têm o seu tempo para serem feitas. É por essa razão e por razões que também são hoje compreendidas, designadamente no que diz respeito à contratação pública. E porque nós exercemos os Mandatos durante quatro anos, durante quatro anos é que temos que ser avaliados. Caros amigos, enquanto houver processos de contratação pública, em que tenham que demorar dois ou três anos para serem postas as coisas a caminho, ou que demorem para se comprar uma máquina ou fazer um investimento de dois milhões de euros, tenha que se demorar treze, catorze, quinze ou dezasseis meses, ou mais, então é muito difícil caminhar. E por isso bem podem vir Quadros Comunitários e rios de dinheiro, mas vão ver quantos projetos comunitários estão em funcionamento e estão aí em cima da mesa. Quantos é que estão a fazer o seu percurso? E agora perguntemos porquê? Porque é que eles não estão a andar? Os Srs. que assumiram responsabilidades no Governo sabem perfeitamente porquê.”

8.2.2 – No debate usaram da palavra o Sr. Deputado Municipal Nuno Matias e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

8.2.2.1 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, eu confesso que era desnecessária esta intervenção final, porque eu confesso também que todos nós temos o direito à nossa opinião e o Sr. Presidente tem todo o direito de tecer grandes elogios a tudo o que tem sido feito.

As ARU, e nós temos votado favoravelmente os Relatórios de Monitorização, porque são factos, não é essa a questão que nos leva a votar noutro sentido, são factos, votamos a favor. Isso não quer dizer que o processo seja um sucesso, como aqui foi dito.

Porque repare Sr. Presidente, o volume global de apoio municipal é inferior ao prejuízo de um ano do Sol da Caparica. Portanto Sr. Presidente, e são dados da Câmara não são meus, são dados da Câmara. Portanto Sr. Presidente, voltamos a dizer para que fique claro, as ARU são um mecanismo, nós associámo-nos a ele desde o início. Nós entendemos que podiam ser mais ambiciosos, o apoio municipal podia ser mais robusto, podia ser um indutor da vivência, da identidade e da concretização da requalificação do espaço público, e se em parte tem alguns bons resultados, e tem, em parte, podia ter muito mais. E por isso considero tudo isto um êxito, um sucesso como aqui foi dito, eu diria que é embandeirar em arco face à ambição que podia ter tido, e este exemplo de ser inferior no global a um ano de prejuízo do Sol da Caparica, eu acho que é paradigmático Sr. Presidente.

Era escusado essa intervenção.”



8.2.2.2 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias sempre viu aquilo que foi uma operação de promoção turística da Costa da Caparica, não como um investimento na Costa da Caparica que naturalmente tem o seu tempo e tem o seu prazo, e que como já foi dito na anterior Assembleia, terá que ser a seu tempo reconsiderado, mas vê como uma despesa. Ou seja, nós estaríamos provavelmente hoje ainda na mesma situação em que estávamos em 2014, sem areia na Costa, sem que as pessoas olhassem para a Costa como hoje estão a olhar.

Nós investimos bem com o Festival e tudo o resto em relação à Costa da Caparica. E hoje a Costa da Caparica está aí, a afirmar-se, com as suas praias, com as bandeiras azuis, com as suas praias douradas, e pouco a pouco cada vez mais. E se o Governo do seu Partido tivesse tomado as iniciativas necessárias a seu tempo, teríamos com certeza também já a Estrada Florestal. Já teríamos a Estrada Florestal requalificada.

Ainda estamos aqui nós a dizer, nós damos o dinheiro e pagamos a reabilitação da Estrada Florestal. E apesar disso continuamos à espera. Fizemos uma oferta, puseram-na na gaveta, agora andamos há dois anos a ver se resolvemos o problema.”

8.2.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas:

8.2.3.1 – A Proposta Nº 250/XI-4º, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

Deliberação

Nos termos e em cumprimento da Lei do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, a Câmara Municipal de Almada submete à apreciação da Assembleia Municipal o Relatório de Monitorização de Operação de Reabilitação da Área Urbana Simples de Cacilhas, referente ao sexto ano do exercício, correspondendo ao período decorrido desde 16 de maio de 2016 até ao dia 16 de maio de 2017.

Segundo o Relatório em apreço o desenvolvimento do processo de reabilitação tem demonstrado uma boa dinâmica, resultando na transformação muito significativa do território, tanto no respeitante ao parque edificado construído como à dinâmica das atividades económicas que se têm instalado.

Os resultados são significativos a que não é alheio a estratégia do município e a ação dedicada dos serviços municipais no determinante papel de incentivador, facilitador e conselheiro.

O número de candidaturas aprovadas e em curso e a capacidade de atração de investimentos externos que se tem verificado e a obra já realizada, fazem prever que a operação de reabilitação pode estar concluída, bem antes do seu prazo máximo de vigência de dez anos, prorrogáveis por mais cinco, situação considerada e que determinou a deliberação da Assembleia Municipal por proposta da Câmara Municipal de alargamento dos limites da área de intervenção e cujo processo aguarda aprovação final ao nível central e respetiva publicação.



Os dados quantitativos da Operação de Reabilitação de Cacilhas dão expressão ao nível alcançado e que são:

- De 76 os edifícios no perímetro da área intervenção, e todos os seus proprietários foram contactados pelos serviços municipais.
- Foram realizadas 39 entrevistas com proprietários e 35 vistorias técnicas.
- Foram aprovadas 12 candidaturas, estão concluídas 19 obras de reabilitação, incluindo 7 não candidatas.
- O número total de frações intervencionadas foi de 99, sendo de 34 o número de frações devolutas, intervencionadas.
- O investimento dos proprietários na reabilitação dos edifícios totaliza 2.422.399,42€ e a subvenção camarária direta a fundo perdido de 164.655,55€.

Assim, na presença da proposta iniciativa da Câmara Municipal referenciada com o N° 601-2017 [DRUEP], a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do nº 1, do artigo 20º-A, aditado ao Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto e da alínea k, do nº 2, do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar o Relatório de Monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Cacilhas, referente ao 6º ano de vigência, período de 16 de maio de 2016 a 16 de maio de 2017, nos precisos termos da deliberação camarária de 5 de julho de 2017.

8.2.3.2 - Proposta da Câmara Municipal N° 251/XI-4º, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

Deliberação

O processo de reabilitação urbana do Porto Brandão, freguesia da Caparica, ao abrigo e nos termos da Lei nº 32/3012, de 14 de agosto e do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, teve a sua aprovação final com a publicação do documento estratégico da ARU em 19 de fevereiro de 2016.

O presente relatório de monitorização em apreço corresponde assim ao 1º ano de exercício, período de 19 de fevereiro de 2016 a 19 de fevereiro de 2017.

A Área de Reabilitação Urbana de Porto Brandão corresponde à enseada do Porto Brandão, abrangendo além do povoado da frente ribeirinha, toda a extensão das ruas 1º de Maio e 5 de outubro.

O Relatório dá assim conta do desenvolvimento do processo para a reabilitação, os seus primeiros resultados, assim como possíveis ameaças e potencialidades, embora o primeiro ano do exercício corresponda essencialmente a uma fase exploratória, mas também de verificação das situações e sua confirmação, assim como de contato e informação dos potenciais interessados.

O Relatório confirma que se está na presença de um território de características únicas no concelho, com identidade própria e distinta pelo seu pitoresco.



Na ação no terreno dos serviços municipais foi também confirmado a existência de frações devolutas e imóveis degradados, ao mesmo tempo que é verificado uma notória procura de investidores externos, atraídos pelos encantos do local e pela iniciativa municipal de regeneração do território.

Quanto a dados quantitativos, até 19 de fevereiro do corrente ano, o Relatório informa de que foi estimada a existência de 371 edifícios, de que já foram contactados 76 proprietários, realizadas 25 reuniões técnicas com proprietários e 9 vistorias técnicas.

Considerando também a informação do Relatório de que já estão em curso processos de reabilitação urbana, da existência de investidores a que se junta os projetos em curso conducentes à reabilitação do espaço público, o reordenamento da frente ribeirinha, a melhoria das acessibilidades e ordenamento da circulação e estacionamento, são condição para bons resultados nos segundo ano e seguintes.

Nestes termos e em consideração da Proposta da Câmara Municipal referenciada com o nº 727/2017 [DRUEP] a Assembleia Municipal de Almada ao abrigo e para os efeitos do nº 1, do artigo 20º-A, aditado ao Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto e da alínea k), do nº 2, do artigo 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar o Relatório de Monitorização da Área de Reabilitação Simples de Porto Brandão, referente ao primeiro ano de vigência, período de 19 de fevereiro de 2016 a 19 de fevereiro de 2017, nos precisos termos da deliberação camarária de 9 de agosto de 2017.

8.3 – Entrou-se no ponto 3.4 da agenda com a apreciação da Proposta Nº 252/XI-4º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 09/08/2017, sobre “Criação de serviço transportes flexível denominado Circuito da Saúde através da alteração de relação concessional com a Transportes Sul do Tejo, S:A, pela AML”, (**Conforme Anexo XIII**).

8.3.1 – Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

8.3.1.1 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É um compromisso que tínhamos assumido, que era neste aspeto referir também a minha experiência pessoal e o meu conhecimento da situação que foi criada quando foi encerrado o Centro de Saúde da Cova da Piedade. Os doentes da Cova da Piedade tiveram que ser deslocalizados para o Centro de Saúde do Pragal e para o Centro de Saúde do SAP. Nessa altura eu praticava medicina na Cova da Piedade e as pessoas queixavam-se que tinham que pagar cinco euros de táxi, na altura, para irem do Largo 5 de Outubro até ao SAP ou até ao Centro de Saúde do Pragal.

Quando, por razões que sabemos, assumi esta responsabilidade, entendi que se deveria procurar encontrar uma solução que pudesse facilitar o acesso de pessoas, que são pessoas carenciadas, pessoas com dificuldades de acesso aos Centros de Saúde, muitos idosos e muitos idosos sozinhos, e nesta altura surgiu esta possibilidade, seja por via do Flexibus. Não foi possível concretiza-la mais cedo por razões de ordem técnica, mas havendo agora a oportunidade que surgiu e com o empenho dos



nossos serviços, temos agora condição para iniciar este processo que nós desejamos que possa vir a ser alargado, se esta experiência for uma experiência que se considere, como esperamos que venha a ser, uma experiência positiva.

Havendo aqui uma demissão dos operadores de transporte, mas não esquecendo nós quais são as suas responsabilidades, de momento para já queremos minimizar os danos que foram provocados a estas pessoas, na ambição de que no futuro haja um bom serviço de transportes que possa servir todos os cidadãos, não só nos circuitos da saúde mas em relação a outras áreas do nosso território.”

8.3.2 – No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias, António Pedro Maco, Joana Mortágua, Maria Odete Alexandre, Ana Salvado e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

8.3.2.1 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito telegraficamente.

Queríamos-nos associar à Proposta, aliás ela foi objeto de uma proposta de Autarcas do PSD no passado dia vinte e oito de junho na Assembleia de Freguesia de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, aliás foi aprovada, curiosamente com a abstenção da CDU porque se calhar nem informou, nem anunciou que eventualmente isso já estaria a ser trabalhado pela Autarquia. Eu deduzo que seja essa a justificação que irá apresentar. Agora para todos os efeitos bem-vindos à solução foi uma proposta também do PSD. É fundamental que seja robustecido o transporte inclusivo, não temos nada contra, antes pelo contrário, seja com esta solução seja eventualmente com outra o importante é que exista. Há realmente pessoas que de outra forma têm dificuldade de aceder aos Centros de Saúde e ao Hospital, mas Sr. Presidente, até porque isto são atos públicos, vem de Assembleias de Freguesia, os Editais estão aí e portanto que não fique também esquecido esta Deliberação e esta Proposta feita neste caso também pelo PSD. Podia ter sido por qualquer outro Partido, e se calhar outros já terão proposto isso ao longo do tempo. O PSD associa-se, mas também foi um dos autores.”

8.3.2.2 – O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Também para saudar esta iniciativa por parte da Câmara Municipal de Almada, pensaríamos que mais uma vez já estaria esquecida neste Mandato, é pena que tenha vindo tão tarde, mas mais vale tarde do que nunca, e também lembrar que esta proposta já estava explanada no Projeto Eleitoral de 2013 do CDS-PP, e que a mesma proposta foi também apresentada, no âmbito dos Estatutos da Oposição ao qual o Sr. Presidente também foi recetivo a esta proposta há cerca de dois anos atrás.

Muito obrigado, bem-vindos.”

8.3.2.3 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Estamos todos de acordo e ainda bem. Mas quero lembrar o seguinte, é que esta coisa dos direitos de autor obriga-me aqui a um esclarecimento. É que esta Proposta faz parte dos Projetos Portugal 2020, os Srs. sabem isso já há bastante tempo com certeza. E nós estivemos até ao final, sabem que tem



havido um atraso na apresentação dos Avisos, nós teríamos até muito interesse de um dia esclarecer esses problemas. Tem havido um atraso. Mas houve um compromisso nosso e o vinte e oito de junho é que me faz estar aqui a falar, é que até ao final do mês de maio nós tivemos que dizer que concretizávamos este projeto este ano. O dia vinte e oito de junho foi do ano passado, foi do ano 2016. Bem eu não seria capaz de tanto, mas de facto eu admiro a forma como se debruçam sobre esse assunto.”

8.3.2.4 – A Sr.^a Deputada Municipal Joana Mortágua (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, sem ter a certeza de ser merecedora dos dotes de oratória que me atribuiu, tentarei responder, humildemente.

Temos algumas preocupações relativamente a esta Proposta. O Bloco de Esquerda defende há muito tempo que o Flexibus deve cumprir circuitos que correspondam à necessidade das populações de aceder a serviços públicos e naturalmente a saúde é um dos serviços principais, sobretudo porque as pessoas quando se dirigem ao Hospital ou Centro de Saúde, partimos do princípio que estão debilitadas de alguma forma e portanto têm que ter uma atenção especial e ainda mais estando o Hospital localizado onde está, havendo um declive, tudo isso está explicado na Proposta, portanto em nenhum momento contestamos a necessidade de haver o reforço da mobilidade em Almada e o transporte acessível e inclusivo para acesso aos serviços de saúde, achamos aliás que isso é apenas uma parte das várias deficiências de transportes públicos e de mobilidade em Almada.

Mas nós sempre defendemos a solução do Flexibus, porque era uma solução pública gerida de forma pública pelo Município. Ora, em relação a esta Proposta, aquilo que nós vemos não é isso. E temos algumas coisas que gostaríamos de colocar.

A primeira é que nós não entendemos por que razão é que esta Proposta não pode esperar até outubro para ser discutida pelas maiorias que se formarem aqui na Assembleia Municipal a partir das novas eleições. Por uma razão muito simples, porque ela não vai ter efeitos práticos antes dessa data e portanto poderia perfeitamente esperar até essa data. Ela, do nosso ponto de vista, é uma medida desgarrada do que poderá vir a ser um plano de transportes e de reforço das acessibilidades em Almada e portanto questionamos em primeiro lugar o momento da aprovação desta Proposta.

Em segundo lugar, parece-nos que a Proposta carece de algumas explicações.

A Câmara de Almada delegou na Área Metropolitana de Lisboa, as suas competências enquanto Autoridade de Transportes. E aquilo que nos diz aqui nesta Proposta é que não consegue, por parte da Área Metropolitana de Lisboa para a qual aliás apoiou a eleição do seu Primeiro Secretário, Demétrio Alves, o contrato de concessão aos TST, que permitiria saber o clausulado e os anexos desse contrato. Nós gostaríamos de saber por que razão é que a Câmara de Almada não tem, sendo de acordo com a Lei que está em vigor a Autoridade de Transportes, não consegue obter informação junto da Área Metropolitana de Lisboa sobre o contrato que existe com os TST.



E em último lugar percebendo que é uma solução de recurso, não deixamos de contestar que esta carreira seja concessionada a um serviço privado de transportes, tantas vezes já contestado aqui pelo mau serviço que presta às populações, pelas falhas, variadíssimas falhas que tem e que, aliás tem um contrato que está previsto que poderá ter indemnizações compensatórias até aos cento e cinquenta mil euros, e questionamos se esta é a melhor solução para cumprir o dever e a responsabilidade municipal de facilitar o acesso a transportes públicos e a acessibilidade de todos os munícipes, a todos os cidadãos e cidadãs de Almada que é reforçar o contrato com o privado que só tem prestado maus serviços aos munícipes de Almada quando nós talvez devêssemos estar a pensar o contrário, como é que vamos reverter a privatização dos transportes públicos em Almada para poder ter um verdadeiro serviço público de mobilidade e de transportes.”

8.3.2.5 – A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu fiquei preocupada há bocadinho com a questão da paternidade da ideia, e quero lembrá-los de que a primeira pessoa a propor isto, foi um Sr. que foi arbitro e eu não sei como ele se chama, eu não percebo nada dessas coisas do futebol, no 1º Congresso de Almada. E foi depois disso que algumas bancadas assumiram essa Proposta e a vieram apresentar, quer nas Assembleias de Freguesia, quer aqui na Assembleia Municipal.

Portanto o ADN não mente e eu estava lá.”

8.3.2.6 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Proposta consta do Programa Eleitoral da CDU como podem ler e constatar do anterior Programa Eleitoral, porque agora há outro. Agora, se alguém apresentou antes, ainda bem, o que interessa é que estamos em fase de concretização deste projeto.

As preocupações que estão manifestadas pela Sr.^a Deputada são preocupações legítimas, mas como há pouco referi, este projeto é um projeto inscrito no Programa do Portugal 2020, tem um prazo de execução e é um projeto cuja concretização pode trazer algumas vantagens do ponto de vista do financiamento dos outros projetos que incluímos nas candidaturas ao Portugal 2020. Embora o seu valor não seja significativo, foi criado pelo Governo uma espécie de estímulo, digamos assim, que quem conseguisse concretizar um projeto dentro de um determinado prazo, concretizasse em termos da despesa um determinado volume da verba que estava destinada, os outros projetos também beneficiariam de uma bonificação. Os restantes projetos de Almada ao Portugal 2020 beneficiarão de uma bonificação no caso da boa concretização deste projeto, que tem que se concretizar dentro de um determinado tempo. É uma das razões por que isto tem andado com esta velocidade. Mas muito brevemente temos que ter o circuito da saúde em funcionamento. Mas mais do que isso é o benefício que pode resultar de facto para as pessoas.

Depois aquilo que está delegado na Área Metropolitana, não inclui os modos de transporte flexível. O transporte flexível não está delegado. O transporte flexível é um transporte que não tem paragem, ou



melhor não tem as paragens clássicas, para a pedido. Qualquer pessoa no percurso e onde estiver no percurso manda parar o autocarro e o autocarro para naquele sítio, não tem propriamente ditas, as paragens. As pessoas vão tender agrupar-se em determinados locais ou não, mas quem estiver fora do local pode pedir para parar. Esse tipo de transporte que tem estado a ser utilizado por outros Municípios em relação ao serviço nas praias, que também neste caso não poderia ter sido contratualizado. Se isto fosse visto desta forma rígida, os serviços eventuais que se realizam durante os períodos de praia e que também se inserem dentro desta modalidade, não teria suporte legal para existir.

Estamos nesta nesga, daquilo que é o processo de contratualização. É evidente que estas às vezes são mais complicadas do que aquilo que parecem.

Em relação à avaliação geral da Lei. A Lei, a nossa opinião sobre isso como sabeis é uma opinião negativa, nós consideramos que a atual Lei, a Lei do anterior Governo que foi acolhida por este mas precisa de ser alterada em vários aspetos, porque impõe aos Municípios e aos Munícipes obrigações que põem em causa o serviço de transporte público, mas pensamos também por isso e continuamos a batermo-nos para que ela seja alterada no sentido que entendemos que deve ser, e entendemos que no quadro negocial das concessões em 2019. Enfim, estamos em crer se as coisas se conjugarem de uma forma favorável, que seja possível colocar este serviço de transporte com outro enquadramento e naturalmente permitindo o seu alargamento a outras áreas do serviço. É um transporte mesmo sendo no circuito de saúde todos compreendemos ele o circuito de saúde não responde a tudo aquilo que são as necessidades em relação a esta parte. E depois há toda uma serie de carreiras e serviços de transportes que têm que ser criados. Não me vou agora debruçar sobre isto nesta circunstância.”

8.3.2.7 – A Sr.ª Deputada Municipal Ana Salvado (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente apenas um pedido de esclarecimento ainda sobre esta matéria.

Hoje estive a consultar as candidaturas que foram aprovadas no âmbito Portugal 2020, Lisboa ao Município de Almada onde consta precisamente o projeto que estamos aqui a falar e surgiu-me uma dúvida que gostaria de ver esclarecida por si. Os cerca de oitenta mil euros aprovados com fundo aprovado de cinquenta por cento servem exatamente para executar o quê?

A minha dúvida tendo em conta o âmbito das ações elegíveis, era se uma parte deste financiamento teria ido para o estudo que a Agência Municipal teve que desenvolver para este projeto ser pensado. Portanto eu pergunto se os oitenta mil euros foram para pagar à Agência Municipal de Energia de Almada.”

8.3.2.8 – A Sr.ª Deputada Municipal Joana Mortágua (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apesar do esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara que eu agradeço, subsistem algumas dúvidas. É o próprio documento que nós temos, que admitindo que o Município de Almada não é parte originária do contrato como é natural que não seja não tinha essas competências na altura em que ele foi feito, que solicitou um exemplar do contrato à Área Metropolitana de Lisboa e à concessionária e nenhuma



destas entidades remeteu essa documentação em tempo útil, ao mesmo tempo no ponto 4 é dito mais uma vez que apesar do Município não ser parte originária do contrato, sucedeu por virtude do mencionado diploma legal e dos atos administrativos acima referidos, na posição de concedente na qualidade de autoridade dos transportes. Ou seja, concedente da concessionária que neste caso são os TST. Ainda que o transporte flexível possa não ter delegações de competências, todo o transporte rodoviário que é prestado pela concessionária TST, teve esta delegação de competências enquanto Autoridade de Transportes para a Área Metropolitana de Lisboa e daí a nossa pergunta, porque acho que teremos que fazer essa avaliação em algum tempo, se esta delegação de competências serve bem ou mal os Municípios de Almada. Isso é outra questão que poderemos aferir, no caso o que eu queria tentar perceber é aquilo que me parece preocupante, é por que razão é que Almada não tem acesso ao contrato da qual é concedente.

Por último, dizer que nós não ficaríamos bem com a nossa consciência se inviabilizássemos o acesso da população de Almada aos serviços de saúde, mas também não ficaríamos bem com a nossa consciência se alimentássemos um negócio privado que nós achamos que é ruinoso para o direito à mobilidade dos almadenses e das almadenses, com mais uma carreira que na nossa perspetiva devia ser prestada por um serviço cem por cento público, e por isso vamos abstermo-nos nesta votação e iremos apresentar uma declaração de voto dizendo que ela pretende proteger os direitos de mobilidade e de acesso aos serviços públicos por parte dos almadenses, mas pretende também proteger o princípio de que estes direitos essenciais devem ser prestados por serviços públicos e não servir negócios privados.”

8.3.2.9 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Aquilo que no contexto da delegação de competências na Área Metropolitana de Lisboa ficou à sua responsabilidade, era os contratos que estavam estabelecidos àquela data. Não há novos contratos, quando se lhe pediu os contratos não havia contratos novos e é isso que se pretende. Em 2019 todo o processo de contratualização e eventual concessão estará em negociação. Neste período que vai desde que a competência foi delegada, não há novos contratos entre a Área Metropolitana de Lisboa e os operadores.

Em relação aos oitenta mil euros, é para pagar várias coisas, admito que possa também estar incluído o estudo mas não lhe posso garantir neste momento. Mas há um conjunto de atividades e de iniciativas que têm que ser garantidas antes de a carreira começar a funcionar. Designadamente tem a ver com informação e outras coisas desse género.

Há algumas coisas que são mais caras outras menos, admito que pelo menos o estudo possa estar aí incluído mas não lhe sei dizer com rigor. Mas posso-lhe depois fazer chegar essa informação.”

8.3.2 – Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta da Câmara Municipal Nº 252/XI-4º, que foi aprovada por maioria com trinta e quatro votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes,



de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive do representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do CDS-PP, do PAN e Ind.) e duas abstenções (de eleitos do BE).

Deliberação

A Câmara Municipal de Almada submete à autorização da Assembleia Municipal a Criação de um Serviço de Transportes Flexível, denominado “Circuito da Saúde” através da alteração de relação concessional com a Empresa Transportes Sul do Tejo, pela Área Metropolitana de Lisboa.

Apresenta os objetivos para o funcionamento deste novo serviço, designadamente com melhoria das condições de transporte nas deslocações por motivos de saúde, através de um percurso cobrindo as diversas unidades de saúde existentes na cidade de Almada e da ligação ao Hospital Garcia de Orta e ao restante sistema de transportes públicos, incluindo o serviço de mobilidade inclusiva “Flexibus” e o Metro Sul do Tejo, concretizáveis para:

- Responder às necessidades da população que precisa de aceder ao Hospital Garcia de Orta, Centros de Saúde e outros serviços públicos existentes no espaço urbano a Sul do Eixo Central de Almada;
- Contribuir para a melhoria da acessibilidade às unidades de saúde de Almada, através de um novo serviço de transporte público rodoviário, mais flexível e inclusivo;
- Garantir o acesso rápido, confortável e seguro às diversas unidades de saúde da Cova da Piedade, Almada e Pragal, através de um modelo de mobilidade inclusiva, que responda às necessidades dos utentes, visitantes e trabalhadores destas unidades de saúde;
- Incentivar a utilização do transporte público nas deslocações urbanas por motivo de saúde, criando condições objetivas para a transferência modal do transporte individual para o transporte público;
- Aumentar a atratividade do transporte público, através da adoção de soluções de mobilidade com um grau de flexibilidade que permita responder adequadamente às necessidades dos potenciais utilizadores;
- Diversificar o sistema de mobilidade de Almada e promover a intermodalidade, através de uma melhor integração com os restantes modos de transporte público do Concelho.

O “Circuito da Saúde” compreende um percurso de aproximadamente 6 km, com dois pontos de encontro, correspondendo a terminais no Largo 5 de Outubro na Cova da Piedade e na Praça Gil Vicente em Cacilhas/Almada que constituirá o ponto de ligação Flexibus e MST.

O percurso será de articulação/ligação do centro da cidade e os Centros de Saúde de Almada/Cova da Piedade, o Centro de Saúde do Pragal e os Hospitais Garcia de Orta e Particular. Os passageiros poderão entrar e sair da viatura em qualquer local, ao longo do percurso, com paragem a pedido ao motorista.



Para a criação do referido serviço o Município de Almada através da Câmara Municipal nos termos aplicáveis do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros e do Código do Procedimento Administrativo deliberou avocar os poderes nesta matéria delegados na Área Metropolitana de Lisboa, deliberando também criar a linha de transportes flexível de passageiros denominada “Circuito da Saúde” com as características e obrigações constantes do anexo à deliberação camarária, modificando o objeto da relação concessional mantida pelas autorizações provisórias concedida à Transportes Sul do Tejo, S.A., pela Área Metropolitana de Lisboa, no uso de delegação de competências do Município de Almada.

Nestes termos e em consideração da proposta iniciativa da Câmara Municipal referenciada com o Nº 800/2017 [DECM] a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do artigo 25º, nº 1, alínea p), do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, Regime Jurídico das Autarquias Locais aprova a proposta da Câmara Municipal nos precisos termos da deliberação camarária de 9 de agosto de 2017, autorizando assim a modificação do Contrato de Concessão de Transporte de Passageiros com a Transportes Sul do Tejo, S.A. para a criação de um Serviço de Transportes Flexível “Circuito da Saúde”.

8.3.3 – Para uma declaração de voto, usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes.

8.3.3.1 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Declaração de Voto sobre a Concessão do serviço de transporte rodoviário “Circuito da Saúde” aos TST No passado dia 11 de setembro, a Câmara Municipal de Almada submeteu à votação da Assembleia Municipal de Almada a proposta de “Criação de serviço transportes flexível denominado Circuito da Saúde através da alteração de relação concessional com a Transportes Sul do Tejo, S.A., pela AML”

O Bloco de Esquerda considera que este serviço de mobilidade inclusiva para acesso aos serviços de saúde, embora insuficiente, é uma justa reivindicação da população de Almada, que tem sofrido com várias deficiências na rede de transportes rodoviários existente no município.

Foi por essa razão que apoiamos todas as propostas e estudos que se propunham a incluir este projeto numa candidatura a fundos europeus no âmbito do Portugal 2020, sempre enquadrado na rede Flexibus gerida pela ECALMA, Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada.

No entanto, na proposta submetida à votação dos deputados municipais, a Câmara Municipal de Almada optou por concessionar este serviço ao operador privado Transportes Sul do Tejo (T.S.T), cujo mau serviço prestado à população de Almada tem sido amplamente criticado.

Considerando que o Bloco de Esquerda se opõe à privatização de serviços de transportes coletivos essenciais à população, os Deputados Municipais eleitos pelo Bloco contestaram esta opção do Município. No entanto, e tendo em conta que está em causa a concretização de financiamento europeu para uma resposta urgente de mobilidade no Concelho de Almada, o Bloco de Esquerda decidiu abster-se nesta votação.



De referir ainda que esta decisão, com contornos mais amplos, merecia ser discutida depois das eleições, considerando que estamos a menos de um mês do termo dos mandatos e que, dessa forma, escasseia legitimidade material para tomar uma decisão com esta importância.

Ao não inviabilizar a concessão do “Circuito da Saúde” aos TST, o Bloco de Esquerda pretende proteger os direitos de mobilidade e de acesso aos serviços públicos por parte dos almadenses mas também afirmar o nosso desacordo sobre a concessão deste serviço essencial de transporte rodoviário a uma operadora privada.”

9 – Foi concluída a ordem de trabalhos assim como a agenda da Sessão.

10 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves; Maria Amélia de Jesus Pardal; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Francisco António Fernandes Navarro; Francisca Luís Baptista Parreira; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Maria Teodolinda Monteiro Silveira; António José Pinho Gaspar Neves; João Carlos Mateus Albuquerque.

11 - Foi verificada a presença na Reunião de Juristas de apoio à Presidência da Câmara Municipal, e do Jornalista Senhor Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP – CMA e TV Almada, e de quarenta e três Srs. Munícipes.

12 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade, nos termos do nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.

13 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H45 do dia 12 de setembro de 2017.

14 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____